

### 3 - AS ÁGUAS E A “CIDADE DE LONA”: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO NA CADÊNCIA DAS ÁGUAS.

#### 3.1 “nesta hora todo mundo é igual, é como no carnaval.”<sup>1</sup>

As narrativas sobre a constituição do espaço urbano, e sobre as cheias no Pantanal, suscitaram questionamentos relacionados à forma de como são sentidas e vividas as experiências que vão além do espaço geográfico. Estão contidas na leitura cotidiana dos pormenores desse, espaço, adentrando no universo mítico pantaneiro. Não são apenas as imagens apreendidas pelo olhar que definem os espaços da cidade na tessitura de um diagrama móvel, que ousamos traçar em parte, neste capítulo.

Nos capítulos anteriores, apresentamos o Pantanal, não pela ótica midiática, ou com retoques de requinte por hábeis mãos em folders turísticos. Enquanto historiadores que somos, cautelosamente, acrescentamos algumas peças nesse mosaico de imagens, ou, quem sabe, até mesmo, seguros pela recondução do fio de Ariadne, moldamos novas peças que foram, tanto por nós, quanto pelos demais historiadores, encaixadas em seus devidos espaços historiográficos.

Em conformidade com Albuquerque Junior, somos historiadores, habitantes de uma terceira margem, sendo rio, numa composição de saberes, portanto, “também sorrio, pois a consciência irônica do meu tempo me faz praticar meu ofício como um lugar de desconstrução do rosto sério e sisudo das verdades definitivas e estabelecidas.”<sup>2</sup>

Retomamos o fio condutor, nos moldes de Kublai Khan, para decifrarmos a “cidade de lona.” Por suas histórias e seus encantos, seremos nós capazes de percorrer sem nos deixar conduzir por velas de enganos? Para Kublai Khan,

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.<sup>3</sup>

Percorremos as ruas da cidade e a deixamos para trás, à medida que as águas avançam. Chegam de mansinho, avisam que estão chegando. E foi, assim, que a enchente de 1979 encontrou a cidade. Apesar dos constantes alertas das autoridades locais e da Defesa Civil, a população resistiu em deixar suas casas. Deixar seus pertences, suas conquistas, sonhos e medos acreditando que as águas não teriam tamanha voluptuosidade. O encanto das águas vem mesclado pelo medo do desconhecido.

Embora alertados pela Defesa Civil, após a reunião realizada em fevereiro de 1979, no Clube dos Caiçaras, assim que foi detectado a possibilidade de uma enchente com

---

<sup>1</sup> Nífa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de., *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*, 2007, p. 35.

<sup>3</sup> CALVINO, I., *As cidades Invisíveis*, 2003, p. 46.

índices superiores a das inundações de 1959, pelo Serviço de Sinalização Náutica do Oeste, no 6º Distrito Naval, em Ladário, muitos se recusavam a deixar suas casas. A resistência a deixar seu lócus pode ser aferida na entrevista de Dona Norma:

murtinhense não sai de sua casa enquanto não pega água dentro de sua casa, não entra dentro do quarto dentro da casa. Ninguém sai! Não adianta falá: amanhã a vai entra água aqui, a senhora tem que sai hoje; só depois que ela vê a água dentro de casa que ela sai!<sup>4</sup>

A Enciclopédia Einaudi traz em sua descrição o conceito de habitação, permeado por questões que ampliam, vão além do aspecto do lugar em que se vive - a casa. Adentram o lugar em que se constroem as relações de sociabilidade que circunscrevem o grau de integração do indivíduo na sociedade, em dada localidade.<sup>5</sup> No entanto, a casa configura-se no refúgio, onde o homem deposita e encontra parte de sua identidade, representa abrigo e proteção, a personificação de segurança. Estreitas relações unem a moradia, o lar – a casa, a uma organização social estruturada, estabelecida, exprimindo, assim, um tipo de ordem social.<sup>6</sup> A intimidade estabelecida no interior da casa é intrínseca a seus moradores e, nesse caso, “as paredes, com portas e janelas, são para nós a garantia de autonomia familiar”<sup>7</sup>, constituindo-se em barreiras que, para serem transpostas, suscitam a necessidade do consentimento, ou seja, “constituem, pelo menos assim o cremos, as fronteiras de nossa liberdade absoluta.”<sup>8</sup>

Nesse contexto, o ato de sair de suas casas, implica no abandono dessa liberdade. Sugere a exposição da intimidade a olhares indiscretos, a desestrutura de uma ordem nuclear vigente que garante a convivência dos que a habitam. A exposição da intimidade amedronta e provoca determinadas reações que, na resultante, levam ao limiar do estranhamento entre os próprios elementos do grupo familiar. A resistência em deixar o lócus está intimamente ligada à pressuposição de demasiada exposição a qual não se está habituado.

Ao subir, o nível das águas atinge as populações ribeirinhas e urbanas, as quais se utilizam dos jiraus como recurso para “passar” pela enchente. Os jiraus são elevações feitas sobre postes fincados no chão, sobre os quais se assenta um tablado que servem para o resguardo de objetos e pessoas. Esse recurso foi utilizado por muitas famílias quando na ocorrência das enchentes de 1979, 1980 e 1982, e é um mecanismo comum na região pantaneira afetada por inundações.

Quando na ocorrência das inundações, em 1979, a assistência a Porto Murtinho atendeu à determinação do então governador Marcelo Miranda Soares, que nomeou o chefe

---

<sup>4</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>5</sup> RAISON, J. P., *Região*, 1985, p. 341.

<sup>6</sup> Idem, p. 346.

<sup>7</sup> Idem, p. 349.

<sup>8</sup> Idem, p. 349.

de Gabinete Militar que iniciou o levantamento da situação do município. A partir desse levantamento, iniciado em abril de 1979, foram elaboradas estratégias para o pronto atendimento á população flagelada. Para a efetivação do levantamento da situação, funcionários do gabinete militar foram enviados á região para verificar *in loco* os problemas mais emergenciais nos locais inundados. A providência prioritária foi o deslocamento populacional e a distribuição de alimentos. A SUDECO destinou recursos no valor de 2,5 milhões de cruzeiros para que o governo do Estado aplicasse, nas localidades inundadas.

A liberação de uma primeira parcela, no valor de 1 milhão e 750 mil cruzeiros, que foram utilizados para a adoção de medidas preventivas e de apoio à população de Porto Murtinho. Estavam incluídos: a construção do acampamento com abrigos de lona a uma distância de 7 km do rio Paraguai, operados pelo exército, Polícia Militar e Secretaria Estadual de Defesa Civil – SEDEC; obras de infra-estrutura no local do acampamento; abastecimento de alimentos, combustível, medicamentos, água potável, instalação de equipamentos de rádio, geradores de energia, atendimento profilático, assistência hospitalar, ambulatorial e odontológica. (foto 3)

**Foto 3 - Posto médico e odontológico improvisado pela 2ª Cia de Fronteira em 1979.**



Fonte: Arquivo da 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS

À medida que as águas adentram a cidade, a Defesa Civil, através de órgãos e coordenadorias do Estado, do corpo de bombeiros, que se deslocaram de Campo Grande para Porto Murtinho, do exército, da marinha e da prefeitura, procederam à mudança de entidades, como, a exatoria, bancos, da sede da Prefeitura e Câmara municipal e da 2ª Cia de Fronteira. Os alojamentos foram construídos no km 6, 7 e 8, da rodovia, e parte na zona

rural, como as sedes de fazendas que disponibilizaram seus espaços para abrigar tanto as entidades quanto a população.

O quartel foi deslocado para a zona rural de Santa Cruz, local onde ficaram alojadas as famílias dos militares. Na unidade militar, na cidade, ficaram as patrulhas para vigiar o imóvel. Nenhuma entidade permaneceu e materiais perecíveis, como documentos, foram protegidos, no entanto, perderam-se com o tempo, conforme afirma o professor Firmo Luiz Fonseca.<sup>9</sup>

Não obstante, constatamos que muitos dos documentos foram reproduzidos e estão sob a sua guarda. O senhor Firmo Luiz Fonseca foi professor de geografia, é residente na cidade desde 1966. É relevante apontar que, quando, nos questionamentos nos vários locais pesquisados, muitos o classificam como autodidata e todos o indicaram como referência para as informações solicitadas. Para ele, tal condição incute responsabilidade, envaidece. Apresentando todo um cuidado para elencar os fatos sem muita ênfase. Procurando preservar certo distanciamento dos fatos, como forma de manter uma autoridade sobre sua memória, e quando a expõe, é cauteloso e sistemático. Aos 71 anos, após ter vivenciado momentos de angústia, diante das decisões a serem tomadas no tocante às enchentes, enquanto funcionário público, narra os fatos de forma a elencar os aspectos mais formais, como, datas, nome de entidades e autoridades. Não se prende a detalhes, é extremamente coerente no falar, pausado, sem repetição. A partir de sua entrevista, iniciamos a montagem de nossa teia de narradores.

A proximidade da água equivale à proximidade do medo, no entanto, a certeza de que havia um abrigo, possibilitava o retardamento da partida, do abandono necessário, provisório do seu lócus, como veremos adiante. Os moradores buscavam as mais diversas alternativas para o não abandono de seus pertences. Muitos não encontram explicação para tais atitudes, como é o caso de Lidia Fernandes, que nos diz: “Até que eu, eu não sei, eu achava que não ia pegar tudo. Ai até que colocava terra em volta da casa pra ver se não entra. Que nada! Ai não tive jeito, nós tinha que sair daqui.”<sup>10</sup> Ela ri ao expor tal fato, por que hoje analisa, que a terra é facilmente removida pela água e como a correnteza era considerável, não havia explicação para tal atitude. O pico máximo da enchente em 1979, foi registrado em junho com índice de 9,14 metros, momento esse em que toda a população se encontrava no acampamento provisório.

Se, por um lado, as pessoas retardam ao máximo sua saída, consideramos que esse vive na cidade, mas o que ocorre, em essência, é a vivência do indivíduo nos vários espaços que compõem o cenário da cidade. Assim, não terá apenas que abandonar sua casa, seu espaço restrito e particular, e, sim, deixar para trás todo um universo urbano, do

---

<sup>9</sup> Firmo Luiz Fonseca. Entrevista em abril/2007. Porto Murtinho, MS

<sup>10</sup> Lidia Estefânia F. Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

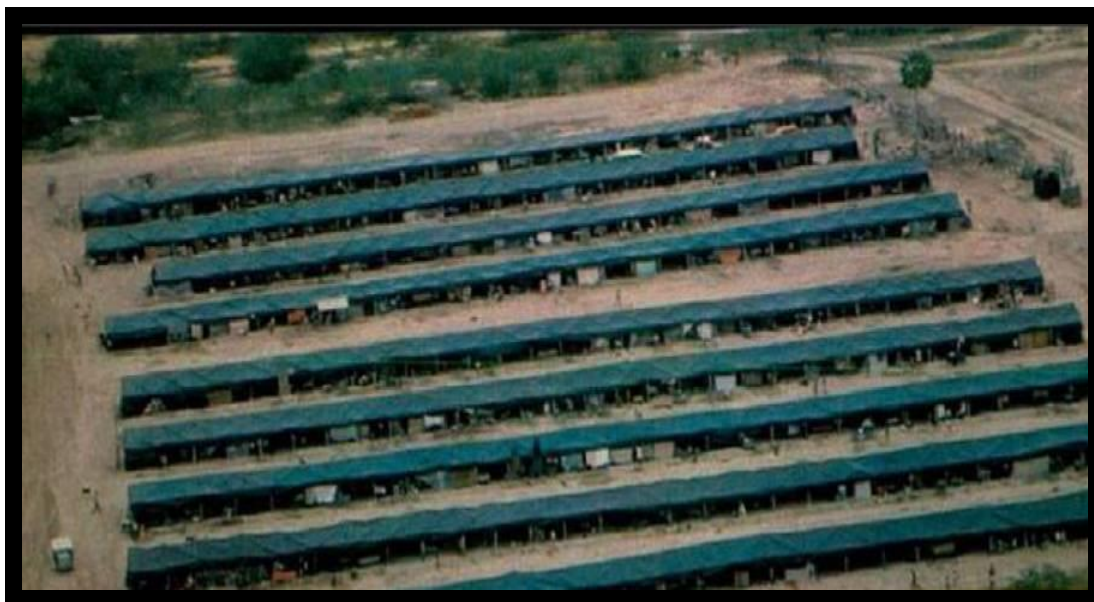
qual é peça integrante, cuja vivência favorece e oportuniza sua interação. O que sinaliza, segundo Carlos, que a “significância marcada pelo lugar onde se desenvolve uma parte significativa da vida, cria os símbolos do reconhecimento; a vida não se realiza suspensa no ar, mas enraizada em um lugar.”<sup>11</sup>

Nesse contexto, o conjunto urbanístico, permeado por representações e pelo tempo presente da cidade, torna-se detentor tanto dos fatos de seu passado quanto de sua realidade, de sua pretensão de futuro. Como deixar a segurança de suas casas e seguir para um espaço provisório, para um local que não contempla, em seu interior, as lembranças, o cotidiano, o fazer-se cidade? Carlos faz uma análise desse aspecto:

Primeiramente o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa. [...] a construção do lugar se revela, fundamentalmente, como construção de uma identidade. A memória liga-se, decididamente, a um lugar, ao uso e a um ritmo, logo, a uma relação espaço-temporal e não apenas a uma incursão no tempo - lugar e memória são indissociáveis.<sup>12</sup>

Enquanto as águas subiam, eram montadas as barracas no acampamento provisório, que serviria de abrigo para a população por um período aproximado de seis meses. As famílias foram sendo deslocadas e, gradualmente, a cidade foi perdendo seu traçado surgindo, assim, um novo caminho, único, o caminho das águas.

**Foto 4 - Cidade de Lona na enchente de 1979.**



Fonte: Revista Veja. Ed. 13/junho/1979. Fotos de Pedro Martinelli

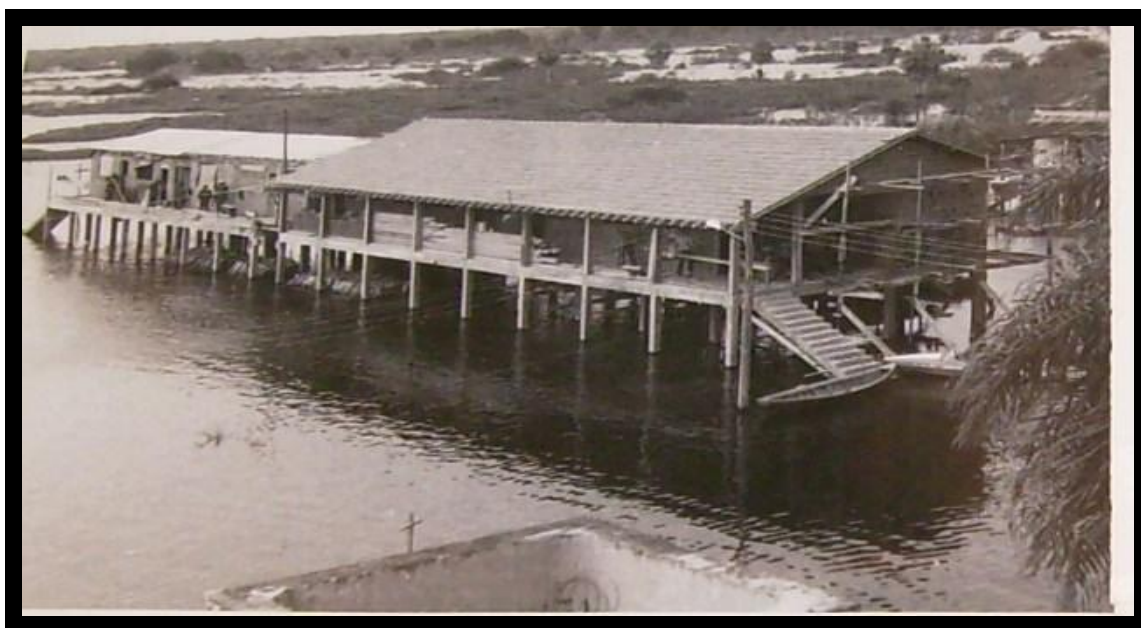
O espaço improvisado (foto 4) é nominado pelos moradores. O abrigo passa a chamar-se “cidade de lona”. As famílias dos militares ficaram abrigadas em local a parte.

<sup>11</sup> CARLOS, A. F., *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*, 2001, p. 232.

<sup>12</sup> Idem, p. 217

Foram construídos os alojamentos na Fazenda Santa Cruz. A organização interna do alojamento não diferia muito dos alojamentos construídos para os demais moradores. Enquanto os familiares permaneciam abrigados, os militares prestavam serviço contínuo no atendimento aos flagelados. O trabalho dos militares, de acordo com depoimentos, era por deveras fustigante. O atendimento se fazia imediato e a correnteza das águas e o vento constante prejudicava nos deslocamentos.

**Foto 5 - Destacamento Barranco Branco da 2ª Cia de Fronteira**



Fonte: Arquivo 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS.

Na enchente de 1979, as instalações da 2ª Cia de Fronteira, no destacamento do Barranco Branco (foto 5), foram destruídas pela correnteza e pelo volume de água, toda a cota de armamento ficou debaixo d'água. Os soldados dividiam espaço com os jacarés para tentar recuperar o armamento e evitar maiores danos. Enquanto a água não atingia o nível máximo, muitos soldados moravam no interior dos forros dos pavilhões para tomar conta dos pertences do exército, como armamento e munições.

O caminho das águas vem pelo sul e segue lentamente por um período de três meses, invadindo os espaços e, posteriormente, leva mais três meses para que as águas retomem seus caminhos naturais, formando a vazante. Para os habitantes de Porto Murtinho, esse fato deixou, não apenas marcas nas paredes de suas casas, como, também, marcos de memória cuidadosamente preservados.

Luiz Augusto Codorniz nos diz que

Aqui a enchente vive pela topografia do terreno (...) as águas sobem lentamente e pra baixar também é lentamente. Assim pra tomar toda cidade leva mais ou menos uns três meses aí e pra escoar também uns três

meses. A gente ficou aqui praticamente uns seis, sete meses, com a umidade né e depois que baixou é aquela coisa de restaurar a casa, pintar, secar.<sup>13</sup>

Nesse período de enchente, vivencia-se uma temperatura muito baixa, de frio intenso nas madrugadas, por conta da umidade excessiva e, no decorrer do dia, é extremamente quente. As barracas que, à noite, são o melhor abrigo, tornam-se absurdamente quentes durante o dia.

Essa situação é descrita por Sonia Codorniz, quando retornou de Campo Grande, em julho de 1982, para rever seu pai e familiares que permaneceram na cidade. Ao contar sua experiência no período das enchentes, Sonia Codorniz faz o seguinte relato:

Quando cheguei para ver o meu pai e mãe, na madrugada, muito frio, muita água pra todo lado (...) minhas pernas estavam congeladas. Lembro que pedi informação para um militar, ele não conhecia meu pai, fui ficando apavorada [...] à medida que o dia clareava, aparecia àquelas sombras pretas que aos poucos ficaram uma fila imensa de barracas pretas. Era horrível! Vi meu pai ao lado da BR (...) não acreditei que era ele, sentia tanto medo!<sup>14</sup>

Enquanto falava, seu corpo parecia expressar a angústia experimentada naquele momento. O drama ali descrito era tão real, que foi possível, recriar aquela imagem com todos os detalhes e, ao mesmo tempo, perceber quão distante estava aquela situação ali exposta. A experiência, aquilo que foi vivenciado, sofria uma releitura por meio de um ato memorativo. No momento seguinte, quando relatou seus dias na “cidade de lona”, quando já está familiarizada com o ambiente, demonstrou segurança ao falar e, ao concluir, ela “deu de ombros”, como se repetisse um gesto há muito visto, e que agora invadia suas lembranças e fazia parte do vivido:

(...) ao visitar parentes e conhecidos naquelas barracas... as divisórias feitas com guarda-roupas e também com lona... era o que tinha, mas era muito triste... mas as pessoas estavam juntas, uns ajudavam os outros... é por isso que as lembranças não são tão ruins. Todos viviam como era possível, não tinha outro jeito (...)<sup>15</sup>

As barracas eram montadas em linhas, e as divisões feitas pelas famílias, seja com lona, seja com os móveis. Cada quarto abrigava uma família. O quadro, ora apresentado, sugere a funcionalidade do espaço. Cada elemento do quadro responde a uma necessidade básica do momento, ou seja, as barracas, a cozinha, a enfermaria, o tratamento de água, são componentes de uma estrutura pensada de forma a atender, se não satisfatoriamente, pelo menos, parcialmente, as necessidades advindas. Para Carlos:

Quanto mais o espaço é funcionalizado, mais é passível de manipulação, limitando-se às possibilidades da apropriação. Nesse processo, o cidadão

<sup>13</sup> Luiz Augusto Miranda Codorniz. Entrevista em abril/2007. Porto Murtinho, MS

<sup>14</sup> Anotações do caderno de campo. Sonia Codorniz é filha Luiz Augusto Miranda Codorniz. No período das enchentes de 1982, foi mandada pelo pai para Campo Grande.

<sup>15</sup> Idem.

se reduz a condição de usuário, como o ato de habitar se reduz ao de morar.<sup>16</sup>

A experiência do deslocamento ocasionou o desconforto. Suscitou a partilha e a solidariedade; para os flagelados, foi uma experiência única. Antonio Candido, quando nos estudos sobre o caipira paulista, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, salienta que é preciso considerar que a existência de um grupo social centra-se no equilíbrio entre suas necessidades e os recursos obtidos em seu meio físico. Portanto, a satisfação de tais necessidades supõe soluções adequadas garantindo a eficácia do equilíbrio. Acrescenta, o autor, que “as soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas.”<sup>17</sup>

Diante dessa explanação, entendemos que a adequação e a funcionalidade do espaço, pelos flagelados das enchentes, em Porto Murтинho, foi de suma importância para a manutenção da ordem pré-estabelecida, seja de forma explícita ou não. Se considerarmos se as necessidade tem caráter natural e social, percebemos que “as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las.”<sup>18</sup>

As formas de solidariedade, quando mencionamos os mutirões realizados, em prol do bem-estar comum da população murtinhense, consistem no elemento central para a convivência na cidade de Iona. Como prática comum da região, manteve a unidade quando na realização das atividades, como: separação e distribuição de agasalhos, preparo de alimentos, no trato com as crianças, no plantio da horta coletiva, na montagem das barracas, na preparação das festas, na limpeza da cidade, após baixarem as águas, na reconstrução das casas, enfim, no atendimento de caráter emergencial requerido em cada caso. Muito embora, o mutirão, nesse caso específico, ganhe novas configurações. Segundo Ayrosa:

O *muchirão* não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.<sup>19</sup>

Destarte, a cooperação imediata como garantia de sobrevivência do grupo, pautada em suas necessidades imediatas. Mas não podemos desconsiderar que o convívio grupal não gera apenas a cooperação. Trata-se de dividir não somente os espaços, incluem-se, também, as experiências, os valores individuais, personalidades distintas que,

---

<sup>16</sup> CARLOS, A. F. A., *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*, 2001, p. 220.

<sup>17</sup> CANDIDO, A., *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 2001, p. 29.

<sup>18</sup> Idem, p. 29.

<sup>19</sup> AYROSA, P. apud CANDIDO, A., *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 2001, p. 92,



consequentemente, são geradoras de conflitos. Percebemos que os conflitos, tanto internos quanto externos, emergiram quando não houve clareza frente à necessidade da convergência de esforços em prol de um resultado comum. A delimitação de um objetivo claro e consistente, permitindo um entendimento cuja soma de resultados convergiria para a unidade do grupo. Dessa forma, os conflitos foram meios dirimentes de divergências, de interesses antagônicos, de pontos de vista conflitantes, confluindo para uma coesão social.

Como uma divergência natural, os conflitos gerados decorreram do convívio, de interesses antagônicos, de atitudes e crenças individuais, das necessidades e valores peculiares ao grupo em que o indivíduo estava inserido.

Os conflitos internos eram comuns, mas a integração do grupo estava centrada em suas necessidades imediatas, pelo fato de estarem flagelados, desalojados de seus lócus.

Cada coisa você vê ali. Sábado e domingo que tem festa, assim briga, discussão. O pessoal joga baralho e daí que dá a briga. Joga baralho e toma e aí começa a briga. Ninguém assim lembra, nesse momento aí lembra da enchente, que tá embaixo da lona. Tudo tranqüilidade tá tocando. Aí um toma o terere dele, o outro toma um mate, e acostuma. Só que é bem diferente que a casa da gente né.<sup>20</sup>

Exigiu um exercício de tolerância às diferenças, de aceitação, que, no convívio diário, foi estreitando muitos laços de amizade e companheirismo.

Era tudo misturado lá, por que a cidade era pequena mesmo, e todo mundo se conhece, todo mundo são daqui e aquela conversa diária na rodovia (risos). O pessoal se ajuntava e lembrava como é que era, quando foi, o que que aconteceu, e foi assim.<sup>21</sup>

É preciso considerar, em consonância com a análise de Carlos, que “o espaço vai ganhando a dimensão que a vida cotidiana lhe confere, construído pelas ações dos sujeitos.”<sup>22</sup> Nas observações de Conceição Montanheri, foi um momento impar para todos. Segundo ela:

A amizade que nós fizemos lá foi fantástica, como tudo como, em outras situações já se pode perceber que é nestas adversidades quando, que a s pessoas mais se unem, sabe, é talvez isso tenha contribuído também pra essa, esse amor, esse calor que a gente tem por Porto Murtinho, pela nossa cidade.<sup>23</sup>

Era comum, entre as famílias, o passeio de barco pela cidade, para visualizar a situação de suas casas e de seus pertences, mesmo sob a água. Nesses passeios, era muito comum a “brincadeira do eco”, porque, com a água, escuta-se alguém falar ao longe. E essa comunicação auxiliava na orientação e, por vezes, no resgate de famílias paraguaias que ficavam na Ilha Margarida.

---

<sup>20</sup> Antonio Soria. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>21</sup> Inocêncio Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>22</sup> CARLOS, A.F. A., *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*, 2001, p. 235.

<sup>23</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

A minha casa cobriu tudo, então quando a gente vinha. É por que a gente fica com saudade. Aí a gente fala, vamo na cidade vamo vê nossa casa. Aí já alugava uma lancha e nós tinha que vim de lancha ou de bote. E você tem que entrar na sua casa se você sabe nadá. Se você não sabe nadá você se afoga. Aí o que eu fiz. Vinha eu meus filho, meu marido, eu já me jogava la na frente já me jogava na água e vinha nadando. Mas o que eu fiquei com medo de cobra. E não dava pra ver nada que tava cheio de água.<sup>24</sup>

O ato de deixar suas casas foi um exercício de desapego por deveras praticado. No entanto, um novo elemento adentra ao cotidiano das pessoas: o passeio de barco pela cidade. São muitos os relatos que apontam que esse se tornou um hábito muito comum, no período das enchentes. Mas é interessante observar aqui que, tanto na enchente de 1979 quanto na de 1982, a cidade estava sob a água, e, ainda assim, os moradores mantinham um contato diário com seu lócus, mesmo que submerso. Encontramos, nesse hábito, aspectos de solidariedade para com as pessoas, como vemos nesse fragmento de narrativa: “o que eu tenho guardado é o fato de todas as pessoas se ajudarem, mesmo não se conhecendo”.<sup>25</sup>

Essa ajuda, por vezes, se configurava em dividir o barco. Tal solidariedade se estendia para com os animais. Muitos moradores, ao encontrarem os animais que se debatiam na correnteza das águas, os auxiliavam, recolhendo-os no barco e deixando-os, posteriormente, em lugares mais elevados, como monchões, nas partes altas que não estavam tomados pelas águas. Na lembrança dos moradores, “o bicho sente o perigo, é como a gente, fica junto, se guarda do perigo.”<sup>26</sup> Pela velocidade da correnteza da água e pelos níveis atingidos, a mortandade de animais foi significativa. Para os moradores, foi um momento de tristeza e, na tentativa de ajudar, por vezes, agravavam ainda mais a situação.

Mesmo sabendo que tudo se encontrava sob a água, os moradores vinham constantemente para cidade verificar como estava, se a água estava baixando, o que se perdeu e quando poderiam retornar. O retorno, consistia no fator principal das inquietações. A imensidão da enchente não permitia a exatidão de limites, apenas de referenciais. Seriam esses enquadramentos ora demarcados que transferiam para o presente as imagens do que foi o passado, estabelecendo, assim, uma sincronia entre o vivido e o tempo presente.

E quando tava lá no 6, na época da enchente eu falei assim, vamo lá dá uma olhada na cidade. Viemo de bote lá até aqui. Chegamo aqui, mas quando sai lá no leito do rio, assustei mesmo, fiquei assustado por que não ví a ilha, tava embaixo d'água, aqui virou um mar. E do outro lado na esquina do, da Colônia Peralta, sumiu tudo. Falei: Nossa! de onde veio tanta água assim? E aqui só se andava de chalana pra tudo quanto é lugar.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Lidia Estefânia Ferreira Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Nilton Abraão. Anotações caderno de campo em abril/2007.

<sup>27</sup> Inocência Ferreira. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

A privação imposta pelas águas suscitou novas estratégias e atitudes que facilitaram na aceitação de determinadas situações que exigiam, por vezes, renúncias, questionamentos que sugeriam novas atitudes, revisão de valores pessoais, de conceitos, até, então, instituídos, estigmatizados socialmente. O ambiente ao qual se está habituado, literalmente desaparece debaixo das águas.

Tem a parte triste, num tinha o costume de morar mal e viver essa vida. Foi uma experiência diferente, e tem o seu lado bom também, uma vejo que não faltou a parte de saúde muito bem atendido, não faltou pra ninguém alimentação, pelo contrario, o Estado inteiro mandou mantimento pra cá, foram distribuído, nos tinha uma cozinha assim coletiva que todo mundo ia almoçar, comer se não quisesse fazer seu almoço. Não tinha condições mesmo de fazer na barraca. E ali iam as pessoas comer, eu não cheguei a fazer isso, mas eu vi muita gente se alimentando dessa forma que foi até sabe, muita gente, ficou bom pra todo mundo, não passa fome. Tivemos a enchentes tivemos que sair da nossa cidade da nossa casa, mas ao mesmo tempo lá ninguém sofreu essa situação. Pelo contrario nos tivemos muita gente ajudando.<sup>28</sup>

Na ocorrência da enchente de 1979 e 1982, quando houve o deslocamento, além das barracas de lonas construídas pelo Exército e Defesa Civil, havia também casinhas ou barracos improvisados. Carreta de trator, ônibus velho, tudo era utilizado e se transformavam em casas. (foto 6, 7 e 8)

Morei na cidade de lona junto com toda a população, em [19]82. Tínhamos uma, construímos uma casinha de madeira, o Toninho construiu pra nós em cima de, em cima de, como e que a gente chama, de chassis de trator e então fizemos duas casinhas e no meio um assoalho e morávamos numa das casinhas do, da carreta de trator, como essas que o DNER tem, tinha antigamente.<sup>29</sup>

As pessoas se utilizaram dos recursos que dispunham para construir seu abrigo, seja no acampamento, no km 07 e 08, como nos arredores e interior de algumas fazendas.

Parcos recursos aplicados visavam a melhoria das acomodações diante de uma situação que exigia decisões imediatas, porém, possíveis.

Éramos todos iguais. Não tinha, apesar da minha casa ser, eu dizer que minha casinha era melhor, vamos dizer assim a gente fez junto com o gerente do banco e junto o que tinha de madeira e fez. Mais eu, a gente procurou colocar um vaso de samambaia, uma florzinha, uma coisa assim pra tentar melhorar um pouquinho o ambiente onde a gente vivia. Mas quem vivia na cidade de lona, vivia igual. Nós nos considerávamos iguais, porque não tinha muita diferença, apesar da minha casinha ser de madeira não. Era muito pouca diferença, não tinha muita coisa não, éramos todos iguais.<sup>30</sup>

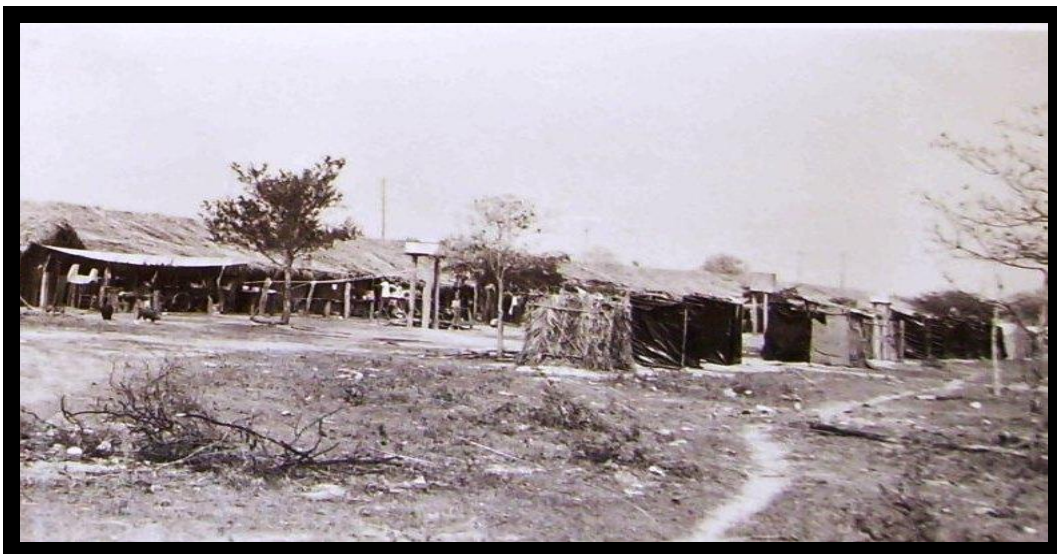
---

<sup>28</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>29</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>30</sup> Idem.

**Foto 6 - Barracos improvisados no km 07 na enchente de 1979**



Fonte: Arquivo da 2º Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS

**Foto 7 - Barracos improvisados no km 08 na enchente de 1982.**



Fonte: Arquivo da 2º Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS

Na tentativa de minimizar a situação a que estava exposta em virtude da enchente, ocorre um fato bastante curioso que envolve a distinção entre o público<sup>31</sup> e o privado<sup>32</sup>. Fica latente no fato narrado pela senhora Conceição que, ao deixar sua casa, segundo ela, não quis deixar pra trás seus vasos de samambaia. Ela levou para o acampamento e decorou o que ela chama de “varanda” da casa improvisada em cima da carreta de trator. Segundo

---

<sup>31</sup> Que pertence a todos, comum. Sem caráter secreto, manifesto, transparente

<sup>32</sup> De caráter pessoal e não expresso em público. Restrito, reservado a quem de direito.

ela, tal fato virou manchete dos jornais, onde se lia que a mulher do secretário de obras da prefeitura enchia de samambaias a casa, enquanto as pessoas padeciam flageladas pela enchente. Fato esse que trouxe constrangimentos e implicações, exigindo muitas explicações. O público e o privado não encontravam a devida distinção no espaço improvisado, em função das enchentes. Não há uma delimitação no que tange à privacidade costumeira de suas casas e o convívio no alojamento, expondo as mazelas e as fragilidades de cada um, de cada família.

Não faltavam reclamações, críticas ao trabalho que estava sendo feito pelas autoridades locais, exército, bombeiros, marinha e outras entidades envolvidas no processo de amenizar e buscar soluções para os problemas que afloravam em demasia, mas que, ainda assim, não exigiam atitudes mais drásticas por parte das autoridades policiais. Mas uma coisa, no entanto, é ressaltada pelos entrevistados, naquele momento, segundo Hipólito Soares, baseado na conversa que teve com uma moradora. Ela aponta que alguns choravam, outros desesperavam chegando a mesma conclusão:

As enchentes serviu para mostrar que não existiam ricos ou pobres, todos eram iguais. Assim me falou uma senhora lá que me reclamou que quebrou a máquina dela. Oh! seu Hipólito, minha máquina quebrou. Baixaram de qualquer jeito, essa gente. Agora uma coisa eu sei, essa enchente igualou tudo nós, não tem rico nem pobre, estamos todos iguais. Nós saímos, eles também tem que sair.<sup>33</sup>

Para a família de Simeona Gonzáles Cafure, que atuava como mascate, ou seja, vendia tecidos, confecções e calçados pelas fazendas e áreas ribeirinhas, a casa improviso foi montada em um ônibus velho que abrigava as poucas posses da família.

**Foto 8- Moradia improvisada em ônibus - 1982**



Fonte: Arquivo pessoal de Simeona Gonzáles

<sup>33</sup> Hipólito Soares da Silva. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

No seu relato, verificamos que, para muitas pessoas, assim como para ela, o fato de ter origem em uma família humilde e sendo paraguaios, as dificuldades impostas não diferenciavam em muito das anteriormente vividas. Nesse local improvisado, ela teve um filho. Esse momento faz parte do que ela chama de boas lembranças. Ela salienta que “o povo se ajudou com o pouco que tinha.”<sup>34</sup> Comerciante, que era, parava pouco no acampamento, saía para as fazendas e continuava suas vendas, “normalmente”. Levava os filhos, deixava sua “casinha”, e, segundo ela, “ninguém mexia em nada, os vizinhos olhavam.” Quando retornava das fazendas, vendia roupas e calçados na varanda, vendia para receber depois. “Cada um tinha seu dinheirinho”, ela nos diz, porque cada um procurava nas fazendas alguma coisa pra fazer.

E, muitos, buscavam alternativas para se manter sem muita dependência das doações, por que, segundo Simeona, “um pensava no outro, era muitas famílias e muitas crianças.” Essa preocupação também foi apresentada por Lidia Fernandes que, no decorrer do tempo que ficou no alojamento, buscou minimizar sua dependência.

Meu marido ele trabalhava já num posto e montaram lá o posto e ele continua trabalhando. Eu lá em casa fazendo comida pras gente que chega de fora né, Eles pedem comida caseira e eu faço. Aí um pede galinha caipira, ai eu compro e faço, e me pagam e assim a gente vai levando até terminar a enchente.<sup>35</sup>

Aspecto ressaltado pela maioria dos entrevistados foi na questão da busca por uma alimentação, digamos alternativa. A busca por frutas silvestres, como o coquinho, muito comum na região. A pesca do pacu de outros peixes incrementava o prato diário das famílias. Havia organização na distribuição de alimentos que favorecia a todos. A cozinha coletiva era de responsabilidade de uma equipe que preparava o alimento que era distribuído para todos no alojamento. Essa iniciativa inibia incidentes posto que, nas barracas de lona plástica e agregadas, formando imensas fileiras, qualquer incidente com fogo seria crucial para a segurança do acampamento. Na narrativa de Magna Sanches, ela enfatiza tal fato.

No começo, a primeira enchente, tinha logo como, uma cozinha grande que tinha a cozinheira que cozinhava e nois pegava a comida na vianda né, assim no prato, ai depois na outra enchente dava, mantimento assim pra gente cozinhar na casa. Eles não queria que a gente cozinhasse por que tudo era dessa carpa preta, como a gente fala, lona. Não é lona, é essa lona preta que é perigoso de pegar fogo assim né. Eles não queria que a gente cozinhasse lá.<sup>36</sup>

Paralelo à alimentação, eram distribuídos agasalhos e medicamentos. Em 1979, a alimentação era preparada e o alimento, *in natura*, era entregue para as famílias que

---

<sup>34</sup> Simeona Gonzáles Cafure. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murтинho, MS

<sup>35</sup> Lidia Estefânia Ferreira Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murтинho, MS

<sup>36</sup> Magna Sanches Correia. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murтинho, MS

estavam alojadas nas áreas próximas, como fazendas, ou que construíram suas casas improvisadas nos arredores do acampamento. Em 1982, aproximadamente 80% da alimentação eram entregues *in natura*. A experiência do alojamento, em 1979, permitiu que muitas pessoas, e mesmo as autoridades locais, tivessem melhores condições de atender às necessidades da população murtinhense e paraguaios flagelados da ilha Margarida.

Ninfa Ayub salienta

Mas agora eu acho que na época não faltou comida, que a gente recebia tanta coisa, vinha de não sei onde, de Ponta Porã, de Campo Grande, de Dourados, caminhões e caminhões de mantimento, chegava cobertores, remédios né, nós fomos muito bem assistidos, assim o povo foi bem assistido.<sup>37</sup>

Apenas uma narrativa destoante, das demais, no quesito alimentação. Na entrevista com Conceição Montanheri, peço que relate um fato ocorrido no alojamento que marcou sua experiência na cidade de Iona, ela cita uma cena presenciada que contradiz com as narrativas acima expostas. Ela fecha os olhos como se conseguisse visualizar a imagem que descrevia:

quando você me perguntou a primeira coisa que veio a mente foi uma família pobre que tinha, bem pobrezinha e, pegando água da enxurrada pra cozinhar, e eu fiquei vendo aquilo e eu fui lá olha, o que eles tinham pra comer, o que eles tinham pra cozinha já que tavam pegando água dali, né, então eram dois ossos que eles pusseram pra ferver ali e uma criança miudinha que era uma coisa, nunca me saiu da cabeça aquilo, sabe, ficou marcado. Eu lembro da mulher direitinho a fisionomia dela, uma criança no colo mais uma porção delas pequenas.<sup>38</sup>

Em seguida, ela relata uma missa que foi realizada no alojamento em que, no sermão, o padre falou da condição de flagelo na Etiópia, onde as pessoas sequer tinham uma lona que as abrigasse nas intempéries. Segundo ela, isso mexeu muito com o povo porque os fez pensar que, por mais anormal que a situação se apresentasse, eles podiam contar com a solidariedade de muitos. Fala da situação do acampamento e da solidariedade do povo brasileiro que, prontamente, atendeu à solicitação de enviar agasalhos, alimentos e medicamentos para os desalojados.

Lembro da quantidade de caminhões que o país inteiro mandou pra cá, mandava pra cá de roupas, solidaria né, solidariedade do povo brasileiro, veio caminhões de alimentos, roupas, calçados, agasalhos porque e justamente acontece as cheias na época do frio né, o pico das águas nosso aqui é julho, então é justamente na época do frio. Essas coisas eu me lembro bem. Eu lembro da pipoca, do gosto da pipoca que a gente comia de tarde lá na enchente.<sup>39</sup>

Lembra que a enchente ocorre no período do inverno, o frio castiga. Questionada, em função da cena por ela descrita, no que se refere à família acima mencionada, visto que havia distribuição de alimentos. Ela, assim, responde:

---

<sup>37</sup> Ninfa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em agosto//2008. Porto Murtinho, MS

<sup>38</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>39</sup> Idem

É que não sei se não sabiam utilizar direito. Era uma questão acho mais de cultura do que de falta de alimento. É pessoa menos caprichosa talvez, ou culturalmente falando, talvez menos vamos dizer favorecida né. Talvez não tivesse muita né, eu prefiro crer que era isso, sabe. Porque todo mundo tinha comida, não faltava não. O Brasil inteiro mandou comida pra cá e não faltava o que comer, todo mundo tinha sim.<sup>40</sup>

Para a distribuição de alimentos, agasalhos e medicamentos, inicialmente, é montada uma equipe que compõe a assistência social e que tem a finalidade de fazer um levantamento. O primeiro passo consiste em identificar o número de desabrigados, quantas famílias. Paralelo a isso, é montado um depósito para o qual são encaminhadas as doações recebidas e feita a triagem. O segundo passo é a distribuição de alimentos e agasalhos e, posteriormente, o encaminhamento médico e a distribuição de medicamentos, aplicação de vacinas e implantação de profilaxias preventivas.

O encaminhamento e a organização do alojamento ficavam sob a responsabilidade das autoridades locais, como, por exemplo, a prefeitura, que tinha toda uma estrutura montada de improviso, dessa Equipe de Assistência Social, da Defesa Civil, do exército, marinha, bombeiros.

O trabalho exigia a cooperação e muitos moradores eram requisitados para auxiliar, no entanto, havia a recusa, como na necessidade de se cortar o carandá para construir e reforçar as barracas. Observação, essa, feita por Magna Sanches, quando diz: “nos tinha que, mandava nosso filho pra traze carandá pra apertar a carpa, essa preta, e enche de terra por que quando ventava ele avoava, assobiava assim tirava tudo né.”<sup>41</sup> O vento castigava, à noite, e uma tempestade chegou e mobilizou todo o acampamento, as lonas eram sacudidas pelo vento e se soltavam. Houve a preocupação imediata em atender as crianças e todas foram colocadas em um ônibus e transferidas para a sede de uma fazenda. Muitas mães acompanharam seus filhos e também auxiliavam no trato para com as outras crianças. A velocidade do vento assustou a todos. Em seguida ao vendaval, muita chuva e frio. Os estragos foram grandes e, no dia seguinte, um novo recomeço da cidade improvisada.

Teve um temporal que veio com a enchente (...). As pessoas que moravam passaram muito mal, pegaram as crianças colocaram num ônibus levaram tudo pra uma fazenda ai perto pra poder tirar as crianças dessas situação que tava. E os pais sofreram muito com isso, porque imagina tivessem largado o filho, não sabe aonde que tão levando essas crianças. Sei que é idéia que tiveram os comandantes que tavam ali pra dar apoio e que fizeram isso, mas muita gente ajudou também. A mulherada foram tudo pra lá pra cozinhar e atender essas crianças. Os professores, inclusive os donos de hotéis, todos diz que ajudaram lá pra não deixar as crianças sofrer. Teve assim alguma coisa, as crianças se assustaram um pouco choraram sem os pais, mas ao mesmo tempo, levaram num abrigo mais apropriado pra uma criança. A casa de lona foi tudo pro ar e ate faze tudo de novo e no dia

---

<sup>40</sup> Idem

<sup>41</sup> Magna Sanches Correia. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murinho, MS



seguinte depois foram buscar as crianças e não aconteceu nada e ninguém se feriu.<sup>42</sup>

Nas entrevistas realizadas, percebemos uma participação considerável, significativa da mulher em momentos decisivos no que se refere à família e uma diferenciação no que tange à sua relação com a natureza. São observações minuciosas dos fatos e apontam para resistências em abandonar suas casas, no período das cheias, para instalar a família no acampamento provisório. Essas mulheres têm em suas mãos a vida privada da família e cabe a elas tal decisão. Muitas, no entanto, chegam ao seu limite de resistência. A simples ideia de expor sua privacidade é sinônimo de resistências.

Em se tratando da associação da mulher a elementos da natureza, seu papel é sempre o oposto da força, caracteriza-se como frágil e estática, figurando como o lado negativo. A figura feminina é associada à água estagnada e submissa, passiva.

Muitas das associações são históricas e deterministas. São detentoras de valores estereotipados, construídos histórica e socialmente. Questão essa que, segundo Montysuma,

Tanto as mulheres quanto os homens são verdadeiramente pressionados a suportar a imposição de determinados códigos sociais, como algo que pode até advir de componentes da diferenciação sexual, situados na instância biológica, que como tal é tomada como referência justificadora, mas na verdade são construídos e incorporados pelos sujeitos.<sup>43</sup>

Em conformidade com o autor, essas concepções são construídas a partir da sexualidade, ao longo de um processo, onde elas se alteram e se modificam. A compreensão e a necessidade de desconstruir tais concepções permitem uma maior interação cultural e de valores. As representações e as práticas cotidianas, tanto podem ser positivas quanto negativas, em se tratando de gênero, que surge como uma construção a partir dessas representações. Portanto, a mulher não poderá apenas ter uma associatividade com a natureza ante o fato de que, “tendo consciência, ela pensa e fala: ela gera, comunica e manipula símbolos, categorias e valores.”<sup>44</sup>

Voltemos, aqui, para a associação da mulher às águas. A passividade contida nessa associatividade não é condizente, frente às narrativas das mulheres e suas experiências no período das águas, em Porto Murtinho. Essas mulheres quebram certas construções estabelecidas historicamente. São portadoras de força diante de uma situação problema e atuam, enquanto elemento modificador, que em nada aponta para a passividade. Ao entrelaçar memórias e intimidades, dão a elas, significados e permitem mediar sua relação com a natureza, mas no sentido de renascimento. No Pantanal, o ciclo das águas é sinal de

---

<sup>42</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>43</sup> MONTYSUMA, M.F. F., *Gênero e meio ambiente: uma invisibilidade das mulheres na construção da floresta na Amazônia*, 2008, p. 2.

<sup>44</sup> Idem, p. 2

renovação, reaviva os ecossistemas. A água dá vida, traz a certeza de um período de fartura para a região. O nascimento de um filho, para essas mulheres é, de certa forma, o renascer para a vida, diante de uma situação que exige força e dinamismo.

A presença das mulheres, no período das enchentes, em Porto Murtinho, demonstra a real capacidade que elas têm enquanto partícipes de um espaço complexo e singular de relações que englobam diversos fatores, é o romper dos elos de uma cadeia socialmente articulada. Muitas das mulheres entrevistadas demonstram que as características associadas ao feminino têm a preocupação relevante de manter tais “estereótipos” socialmente construídos. No entanto, muitas dessas mulheres “teimam em andar na contramão”, cientes de suas possibilidades e da capacidade de promover mudanças.

O contato com as mulheres possibilitou uma análise quanto à presença marcante delas no período de 1970-1990, quando ocorreram as enchentes. O momento é de mobilidade e, as mulheres atuaram em várias frentes, mesmo desabrigadas, elas se mantinham atuantes na distribuição e nos preparativos dos alimentos na cozinha coletiva; no cadastramento e seleção das famílias para receberem roupas, calçados e cobertores; no trato com as crianças e na organização das festas que não deixaram de acontecer, mesmo no alojamento. Elas atuam e organizam os espaços, são alvos de querelas e atritos familiares. Essas mulheres têm sua privacidade exposta. Os banhos são coletivos e muitas não estão habituadas a expor o corpo, o que causou inúmeros constrangimentos.

Conhecedoras da natureza, elas eram as responsáveis pelo preparo dos incontáveis chazinhos que ajudaram muita gente a enfrentar as noites frias e úmidas do alojamento. Ficavam sozinhas no alojamento, enquanto os homens saíam em busca de trabalho nas fazendas. Buscavam amparo uma nas outras. Braz Leon faz a seguinte observação, quando fala sobre esse fato: “muitas mulheres começaram a se chamar de comadres, ficavam muito tempo sozinhas.”<sup>45</sup> Ao estabelecer tais laços de proximidade, procuravam um alento momentâneo para amenizar os desafios aos quais eram expostas cotidianamente.

Norma Meza Pereira narra os fatos que nortearam seu cotidiano no período em que sucedem as enchentes e as dificuldades por ela enfrentadas, por ocasião do nascimento de sua filha.

Esta de [19]82 a gente, é foi muito ruim pra nós. Justamente no dia que entrou água na minha casa que eu tive a Renata, e já o hospital dentro d'água e eu fui fazer uma cirurgia, eu fiz cesárea e ai tive que fazer a laqueadura também e foi muito ruim pra mim, por que imagina você naquela situação você ta dentro d'água os médico de bota fazendo cirurgia em você, dentro d'água, eu descii naquela água pra sair (...) e eu fui morar num barraco, fizeram pra mim um barraquinho lá do lado da casa do meu sogro (...)é difícil, muito difícil, pra gente que não ta acostumada e eu fiquei assim

---

<sup>45</sup> Braz Antonio Leon. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

muito assim, com a situação(...) eu to operada com um bebê ali e você não ter, não tem um, a água você tinha que pegar de balde.<sup>46</sup>

Sua narrativa é entrecortada de silêncios, de olhares que buscam um ponto de apoio para essas reminiscências que povoam o presente momento. Essa mulher que, tão avidamente, defende a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico da cidade, que reclama pelo respeito à diversidade étnica e sócio-cultural, aparece diante de um emaranhado de emoções tão singulares e tão angustiantes ao mesmo tempo. Refugia-se na paisagem que contempla através da janela, mas suas mãos estão agitadas e seu corpo experimenta as mesmas sensações quando no parto da filha.

Em contato com Ninfa Avelar, ela recorda do parto da filha e se pergunta: “Como foi que passei por tudo isso?” No dia anterior, quando fui a casa dela para conhecê-la e marcar um horário para a entrevista, ela contou do nascimento da filha Aline. Um parto difícil e das dificuldades pelas quais passou. Ela se recusava a abandonar a casa pela sua condição de gestante. Temia que o bebê não sobreviveria mediante a precariedade de tal situação. Quando na entrevista, ela narra:

Ah! Esse parto foi demais. O quartel inteiro veio aqui vê se me convencia a me tirar daqui, pelo menos me leva pelo menos até a cidade de Iona que tinha um posto de saúde lá e tinha um médico atendendo lá. Mas saí da minha casa pra ir lá ter um, aí eu pensei na época, e falei bom se eu for morrer, vou morrer aqui ou lá onde for (...)<sup>47</sup>

Quando ela fala que o parto foi demais, não é no sentido de exuberância, mas da epopeia. Ela estava sentindo muitas dores e não queria sair da casa onde morava, mesmo com a água subindo e sabendo do perigo que isso significava tanto para ela quanto para a criança. Ainda, assim, decidiu ficar e recebeu apoio da equipe médica do exército. Ela, assim, prossegue quando descreve as condições em que o parto foi realizado, “Nada, a luz de vela” e nos conta como foi improvisada a incubadora para o bebê que nasceu prematuramente. Segundo ela, estava muito frio e úmido e a preocupação era aquecer o bebê, mas, para isso, era necessário um carrinho para que a incubadora fosse improvisada. Carrinho esse que o marido conseguiu com os desabrigados da cidade de Iona. Ela baixa os olhos e fala: “a gente não tinha. Ai ele foi e arrumo o carrinho, trouxe, ai pediu dois butijão de gás com aquela lamparina de gás por que não tinha energia, tinha que ligá alguma coisa e aquece”<sup>48</sup>, e continua “Ai ele botou aquela lamparina dos dois lado aqui em cima da criança, no carrinho, sem pode tira de lá, só tirava rapidinho pra trocá, pra e alimentá. O que que era o alimento? Uma gotinha de suco de cenoura.”<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>47</sup> Ninfa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

Nesse contexto, as narrativas das mulheres e o relato das experiências, por elas vividas, podemos dizer que é continuamente construída através do processo de rememoração. A cada momento, reformulamos as lembranças de acordo com o impulso recebido, ou seja, de acordo com a experiência do momento presente. Em conformidade com Samuel<sup>50</sup>, “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento.” E, prosseguindo, acrescenta que a memória “porta a marca da experiência, por maiores mediações que ela tenha sofrido.” Para o autor, bem como a história, “a memória é inerente e revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual”.<sup>51</sup>

Nessas situações de improviso, a participação dos moradores é latente. Há mobilidade e solidariedade. As diferenças são esquecidas, mesmo que momentaneamente. Ninguém fica sem ajuda e todos buscam soluções em prol do bem comum. As desavenças, quando excedem, são solucionadas com o auxílio de autoridades policiais e militares, de acordo com muitos entrevistados, sem violência.

Acontecimentos pitorescos margeiam o cotidiano, na cidade de Iona. A colaboração de todos se faz necessária, no entanto, para muitos, era mais um exercício de autoritarismo e vinham os questionamentos que, por vezes, acabam em acaloradas discussões que exigiam providências mais enérgicas e disciplinares. O fato narrado por Antonio Barreto foi um desses casos em que se fez necessária a interferência de autoridades para o estabelecimento de regras que visavam à manutenção da ordem no alojamento.

De acordo com ele, em 1982, os alimentos eram distribuídos em cestas básicas e mesmo os chamados vale-alimentação, para a retirada dos alimentos nos locais indicados. Acontecia, no entanto, que “o pessoal não tava colaborando com a montagem das barracas”, assim, sobrecarregava os funcionários da prefeitura, quartel e bombeiros. Muitos não queriam ajudar mesmo, e após uma reunião da coordenadoria, foi proposto que o vale-alimentação fosse entregue no final da tarde, primeiramente para aqueles que tivessem colaborado no desenvolvimento dos trabalhos do alojamento, que incluía o corte de carandá, para sustentação das barracas, a limpeza do local, a construção de fossas sépticas, tratamento de água, entre outras.

O que aconteceu depois foi o ponto chave das discussões, o padre, que atuava na época na paróquia de Porto Murtinho, segundo Antonio Barreto, “virou num bicho”, dizendo que não estava certo, que “quem ia trabalhar o dia inteiro pra ganhar comida, que quem trabalhava a troco de comida era escravo”. Para a coordenadoria, o trabalho era em benefício próprio e não para outrem, era em regime de mutirão, visto que todos se

---

<sup>50</sup> SAMUEL, R., *Teatros de Memória*, 1997, p. 44.

<sup>51</sup> Idem, p. 44.

encontravam na mesma situação. Mesmo depois de muita argumentação, o trabalho ficou para os bombeiros, quartel e funcionários da prefeitura. Ainda, de acordo com ele,

Fizeram tudo porque o povo, o padre não deixou pegar no pesado, um ou outro ia ajudar era mais compreensivo, mas a totalidade, não ajudou. Achava que era obrigação. Cada um pensa de um jeito as coisas né.<sup>52</sup>

Esse cotidiano na cidade de Iona preserva aspectos pitorescos e apresentou uma face da fragilidade humana. Para os adultos, foi um instrumento que levou a reflexão sobre si e sobre o outro, sobre suas reais necessidades, como muitos falam. As pessoas promovem o exercício do ato de respeitar, não encontravam diferenças, ninguém estava em melhor condição que evidenciasse a diferenciação. Todos eram iguais, todos estavam na mesma situação, independente de suas vontades e necessidades imediatas.

Para as crianças, tudo era diferente. Mesmo cumprindo suas obrigações diárias da entrega do leite, que, nesse período, era feita na cidade de Iona e, montado num jumento, o menino Braz Leon reservava um tempo para brincar com os moleques no acampamento.

Na água estava a melhor das aventuras infantis, muitas crianças aprenderam a nadar nesse período. Na narrativa de Elizabeth Ayub, que tinha 10 anos, é possível identificar tal aspecto. Ela conta:

Ah... foi uma época maravilhosa eu brincava muito, nadávamos, passeávamos de barco e os barcos eram enormes, não é barquinho não (...). Pra nós crianças na época foi maravilhoso, nadava na praia, todos os dias era jogá bola na praia no km 5 que era nossa praia. Todos os dia, era jogá bola, nadá, brincá e na cidade de Iona tinha muita festa(...) todo santo dia tinha festa. E eu aprendi a nada na enchente foi lá na avenida, naquela outra avenida que eu aprendi a nada. Que antes a gente chamava de valeta, os valetões que não tinha asfalto, e fica aquela valetão e na enchente ali ficava fundo ... então eu aprendi na marra, a criançada me jogava ali, lá em frente, ai eu tinha que nadá.<sup>53</sup>

Na visão infantil, tudo adquiria uma dimensão grandiosa.

O exército eu lembro muito também do trabalho do exército com a negócio da água (...) era uns tanque gigantes e ninguém poderia se aproximá e nós sempre queríamos burlar as leis e chegar até lá (...) ai tinha aquele monte de soldados proibindo a entrada de crianças a gente queria subir naquele tanque gigante que era o tratamento da água.<sup>54</sup>

O dia-a-dia na “cidade de Iona” transcorria sem muitos sobressaltos. Para a manutenção de uma ordem estrutural possível, no local, regras básicas nortearam o cotidiano dos flagelados. Mesmo nos assuntos polêmicos, como a distribuição de trabalho, a limpeza do ambiente e o corte de madeira para as barracas, que ficavam muito vulneráveis aos ventos e ao frio noturno, buscava-se amenizar os atritos, ou seja, se fazia necessária a colaboração para tornar a situação vigente menos árdua.

---

<sup>52</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>53</sup> Elizabeth Ovelar Ayub Nantes. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>54</sup> Idem.

Um dos fatores que exigia certa disciplina e rigor eram os horários de banho. A construção de latrinas era feita pelos moradores, que optavam pelo uso individual, por família, ou coletivo. Para as latrinas, “faziam um buraco né, botavam umas tábuas e faziam o negócio de cimento, de tijolos, erguia mais um pouquinho aí e sentava ali, era um buraco só.”<sup>55</sup> Os chuveiros eram construídos em fileiras (foto 9 e 10) e o banho, invariavelmente, era coletivo.

Tinha que fazer fila. Tinha que fazer uma fila. O exército montou tipo, banheiro de campanha que chama. E cada vez, não é só uma, era 10, 20 banheiro, pro pessoal e não é só uma parte, é vários lugares, tudo dividido.<sup>56</sup>

Há uma divergência entre os entrevistados quanto à questão de horários diferenciados entre os homens e mulheres.

Tinha horário diferente, mulher separado e homem separado (...) era muito recatado, todo mundo.

Era diferente, e ali tinha guarda, não era assim que entra a hora que quer. Tem guarda ali que orienta. Tem mulher, que acompanha, quando tem o banheiro das mulheres. Tem gente que acompanha, tem tudo, tinha tudo.<sup>57</sup>

Na fala de Antonio Sória, percebe-se uma preocupação quanto ao fato da separação de horários, ressaltando o cuidado dispensado quando no uso dos banheiros.

Era tudo separado. De homem tudo separado e de mulheres separado. Bem dividido isso daí, uma lona e tem corpo de bombeiro que cuida a entrada do banheiro. Pra não fazer porcaria ali, né. E de homem, só homem. Até aí, bem trabalhado lá. Bem cuidado. Muita coisa hoje já esqueci de lá. Passamo uma lida lá.<sup>58</sup>

Muitos, no entanto, não estavam preparados para tal eventualidade, e preferiam o banho no interior das barracas. Esse fato se dava mais entre as mulheres, muitas mesmo pela imposição dos maridos. A narrativa a seguir nos dá a ideia de como eram os banhos.

Tinha os chuveiros coletivos onde as mulheres iam tomar banho e os homens, tudo junto. Então se tornou comum isso daí. Tem umas que traziam seu baldinho de água e fazia sua higiene dentro de casa mesmo, porque não tem o costume de sair no meio dos outros. Então foi normal, normal porque o banho era coletivo, mais ou menos umas 40 pessoas entravam tudo junto e era aquela fileira de gente pra tomar banho, por que todo mundo quer tomar banho e não faltou também o banho pra ninguém.<sup>59</sup>

Quando indagados sobre o constrangimento da exposição, a resposta foi o respeito. A explicação se baseia no fato de que todos se respeitavam, incluindo os homens, “aqueles mais abusados”. Os incidentes foram resolvidos entre eles e pelos responsáveis, sem maiores problemas ou constrangimentos para as famílias. De acordo com as narrativas, isso

---

<sup>55</sup> Ninfa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>56</sup> Inocêncio Ferreira. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Antonio Sória. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>59</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

está atrelado ao fato de que o murtinhense é respeitador porque a cidade é pequena e todos se conhecem, “como uma família”, e também por se tratar de uma área que dizem de Segurança Nacional.

Para Norma Pereira, “é área de Segurança Nacional porque é fronteira e onde tem fronteira tem quartel, então será sempre uma área de segurança e diante de qualquer situação ele [os militares] estão aí pra defende, a gente tem consciência.”<sup>60</sup>

O período de seis meses de alojamento provisório, que compreende os meses de abril a setembro de 1979, e, posteriormente, o mesmo período, em 1982, apresenta características de unidade, baseadas em laços de solidariedade e consciência dos moradores diante da situação a qual estavam expostos. Obviamente, existem as exceções e, como observamos, elas recaem sobre a participação masculina nas atividades do alojamento. Ainda, assim, havia a preocupação de manter uma normalidade, mesmo que na singularidade do momento.

**Foto 09 - Chuveiros improvisados na cidade de Iona**

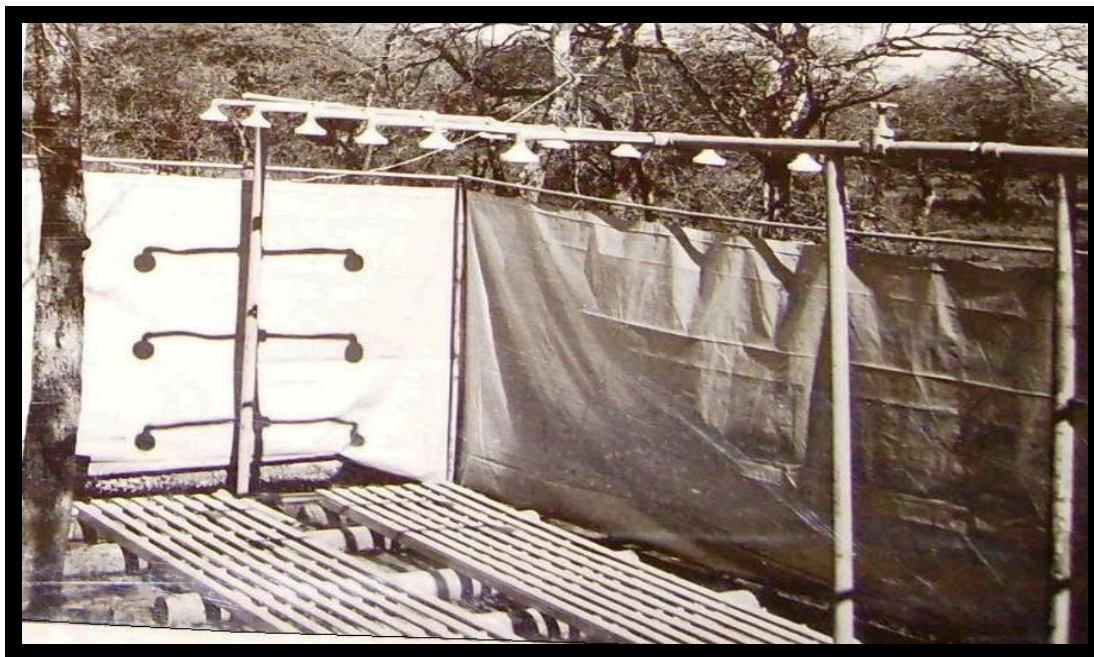


Fonte: Arquivo da 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS.

---

<sup>60</sup> Idem.

**Foto 10 – Disposição interior dos chuveiros improvisados na cidade de Iona**



Fonte: Arquivo da 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS.

Havia a preocupação com a busca de alternativas alimentares que facilitassem a vida das famílias, independente da distribuição de alimentos, pela Defesa Civil. Uma preocupação latente com a manutenção do bem-estar das crianças que ali se encontravam e sua proteção mediante as intempéries. A busca de trabalho, nas fazendas, a construção das barracas, o cuidado com os animais, que se debatiam na correnteza das águas, com as casas que estavam submersas.

O deslocamento de 1979 foi mais difícil. A resistência da população em deixar a cidade e se abrigar no alojamento provisório dificultou nos deslocamentos e, conseqüentemente, houve atropelos. Em entrevista com o então governador do Estado, no período, ele pontua que “não havia muitos recursos para atender a população. O acesso era difícil. No período das enchentes, não havia estradas, havia caminhos.”<sup>61</sup> Coube ao Estado através da Defesa Civil mobilizar a população e pedir a ajuda dos sul-matogrossenses para auxiliar no atendimento aos flagelados. Tudo que foi possível foi feito pelo recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.<sup>62</sup>

Como a cidade estava tomada pelas águas, os deslocamentos eram feitos por pequenos barcos e cada família levava apenas o essencial. Muitos insistiam em construir jiraus e erguer seus pertences. Na medida em que a água subia, esses cediam.

---

<sup>61</sup> Marcelo Miranda Soares. Entrevista em setembro/2009. Campo Grande, MS

<sup>62</sup> Idem.



Existiu um jiral aqui dentro. Tinha um baú grande, tenho até agora. Nesse eu enchi de papelada, ropa que eu não ia ocupá e como que eu ia levá tudo. Ai meu filho fez um jiral pra mim ai dentro do quarto, a água subiu, subiu, subiu que não agüentou. Despenco o baú grande e eu perdi tudo ai dentro do quarto. A água subiu, subiu, subiu e não agüento despenco o baú e perdi tudo meu papel, até o papel da casa que eu não levei por que falei: Adonde que vai alcançar aqui em cima? E caiu a vara que tava enfiada assim e caiu. Caiu o báu dentro da água também. Quando meus filho vieram levá alguma coisa, falei vai vê um pouco o que que tem lá no, vieram vê e tava o baú despencado dentro d'agua, tampou essa água. Lá na outra casa já tava assim né, já não dava mas pra subi, pra entrar nem de chalana. Perdi tudo meus papel. Tudo os documento que tinha no baú. Por que eu não queria leva né. Porque falei: O que que vo fazes com esse lá? Não sei como vou andar por lá? Não levei.<sup>63</sup>

A organização do alojamento, de 1979, havia sido pré-definida na reunião realizada em meados de fevereiro, com a participação de autoridades locais e da Defesa Civil, conforme mencionado em capítulo anterior. Para Lidia Fernandes,

O exército e a defesa civil tinha que organizar por que era muita gente. E a senhora sabe que quando é assim o pessoal não obedece. Então tinha que ser o exercito e a defesa civil. E tudo foi na maior tranqüilidade. Não teve empurra , empurra, nada.<sup>64</sup>

O deslocamento populacional de 1982, baseado nas estratégias de 1979, foi mais rápido, sem maiores agravantes. Contou com a mobilização dos moradores na prestação de serviços na Defesa Civil.

Dessa enchente já foi não é como a primeiro né, já foi menos sacrificado. Já teve um atendimento mais melhor já né. A prefeitura ajudá a população antes de pega bem mesmo a água aqui, já carregava lá, antes de pega bem, por que o pessoal já ficou com medo. Não é como a primeiro, o primeiro pegou de surpresa a segunda vez o pessoal já sabe que vem perigo.<sup>65</sup>

Nessa enchente, a então cidade de Iona ganha outro aspecto. Comerciantes instalam mercadinhos, açougues, leiteria, bares para os encontros de final da tarde, para a cerveja e o jogo de cartas. Foi improvisado um campo de futebol que, nas tardes de domingo, era ponto de encontro dos moradores. De acordo com Simeona Gonzalez, “virava tumulto por que era muita gente junto, não tinha nada mais pra fazer.”<sup>66</sup> Para o funcionamento das mercearias, as mercadorias eram trazidas das cidades vizinhas, como Dourados e, especialmente, de Campo Grande. Os pedidos e as entregas eram feitos semanalmente. A escola funcionava em um galpão e as aulas não foram interrompidas. O cultivo de hortas foi incentivado pelas religiosas do Sagrado Coração. Nos sítios vizinhos ao acampamento, fazia-se o cultivo de frutas e verduras, para doação entre os flagelados. As festas e os “bailes de carapã” são notas no compasso no cotidiano.

<sup>63</sup> Magna Sanches. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>64</sup> Lidia Estefânia Ferreira Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>65</sup> Antonio Sória. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>66</sup> Simeona Gonzalez Cafure. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

Na cidade de Iona que nós sempre íamos lá, tinha mercado tinha essas coisa. Tinha o galpão que era o clube. Vamos supor na época onde tinha as festas, era tudo no coletivo, a televisão era pra todo mundo, o clube era pra todo mundo, a comida era pra todo mundo. Então todo mundo tinha que sabe dividi (...) mas todo mundo com sua família, com seus pais, é isso que eu me lembro.<sup>67</sup>

Muitas histórias pontearam o universo juvenil, nesse período. Muitos “causos” da enchente circulam pelas narrativas dos nossos entrevistados. Um deles, contado por Artêmio Sanches, diz assim:

Tinha uma dona que quando viu meu pai e outros saírem de bote, pediu pra eles que se por acaso encontrassem uma porca, que era de estimação, que levassem pra ela. Logo que saíram, encontraram a porca. Mas como era grande, não tinham como levar. Mataram a bichinha, cortaram em partes e acomodaram no fundo do bote. Na volta, a dona pergunta sobre a porca e eles respondem que nem sinal da bichinha. Naquela noite, no acampamento, teve festa e porco assado, cerveja comprada no bar do dono do bichinho e se não bastasse levaram um pedaço do assado pra dona. Só mais tarde ela foi saber o que tinha acontecido com a porquinha.<sup>68</sup>

Outro “causo” foi narrado e demonstra o rigor das famílias no cuidado com as jovens. Em virtude do alojamento, essa vigilância fica mais acirrada. Ainda, assim, as mocinhas encontravam subterfúgios para os encontros furtivos.

Tinha um casal de namorados na época e que era proibido o namoro né. Então os pais proibiam o namoro. O que que eles faziam? Assim: Ah! Nós vamos leva as crianças pra tomá banho no rio. E aí o pai dela permitia porque ela era maior e nos levava pra tomá banho no rio. Lá o rapaz já estava esperando nós, estávamos lá, ele já tava esperando sentado em cima que era a cerca, só que era um rio. Então a cerca que hoje é essa cerca aí de beira de estrada era o toco. E o rio a água bem funda, então ele tava ali, em pé ali acenando. Então nos chegamos lá e o pai certamente tava desconfiado chegou. O que que aconteceu? O que nós fizemos? Nós colocamos, nós afogamos ele, ali naquele toco, até o pai (...) ir embora (...) E ele quase afogou mesmo. E o pai nunca que ia embora e ele lá, e todo mundo apertando ele pra não saí pro pai não vê. O pai ficou, procuco, olhou e nada né. O pai foi embora e ele quase, quase que afogou de verdade.<sup>69</sup>

As dificuldades foram inúmeras e o sofrimento com a enchente não foi dos menores. Mas a população consegue fazer uma leitura positiva de tal situação; para eles, compreender que a enchente é um fenômeno recorrente e de grande relevância para o Pantanal, e que Porto Murtinho é um centro urbano no Pantanal, possibilita aprender a conviver com essa realidade e, dessa forma, buscar adaptações ao meio de maneira que os prejuízos aos quais estão sujeitos sejam minimizados dentro de uma esfera de cooperação. Para muitos entrevistados, as pessoas aprenderam a lidar com isso.

A enchente do Pantanal, pra nós que moramo aqui é tudo normal. Isso é normal, mudança de animal, de gado, de um lugar pra outro sempre foi.

---

<sup>67</sup> Elizabeht Ovelar Ayub Nantes. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>68</sup> Artemio Sanches. Anotações no caderno de campo. Abril/2007

<sup>69</sup> Elizabeth Ovelar Ayub Nantes. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

Tudo é normal. Termina a enchente volta tudo de novo e até é melhor porque tem pasto aí.<sup>70</sup>

Face ao fato, as alterações provocadas pela enchente, no decorrer do tempo, fazem com que a história local seja marcada significativamente, tendo em vista que a enchente é fator contributivo e essencial para a continuidade dos ecossistemas pantaneiros e dos próprios moradores dos pantanais.

Assim, ao falar sobre a relação com a natureza, deparamo-nos com relatos como este:

A gente aprende ainda mais uma coisa, que na beira do rio todo mundo é igual e todo mundo precisa de todo mundo. Em toda cidade pequena é assim, tem que ser um ombro encostado no outro pra pode continua a caminhada, não pode ser ou haver individualismo. Você não pode dizer nunca numa cidade, num lugar como este que eu vivo aqui, você é independente e não precisa de ninguém, todo mundo precisa de todo mundo, ou mais hoje ou mais amanhã, ou todos os dias ou em determinadas circunstancias mais ou menos, mas você nunca pode dizer eu não preciso de você, aqui não há essa possibilidade.<sup>71</sup>

Os moradores da região, em decorrência das enchentes, criaram uma relação com a natureza em que as medidas de enfrentamento dos prejuízos estão caracterizadas por um modelo onde o homem busca estratégias para conviver com as enchentes. Há uma consciência de que a intervenção humana, no fenômeno, implicaria no desequilíbrio de todo o ecossistema da região, comprometendo o bioma pantaneiro e, conseqüentemente, a sua sobrevivência nos pantanais.

Cabe, nesse ponto, ressaltar que a ideia de uma convivência harmoniosa entre o homem e o meio ambiente afasta a possibilidade de uma análise em que as “relações sofridas entre homens e natureza, projetando-se, necessariamente, nas relações entre sociedade e comunidades residentes nas cidades instaladas nas bordas do Pantanal”<sup>72</sup>, ou seja, os seus centros urbanos, seria desnecessária ou mesmo passível de negligência. Antonio Dias questiona o fato de o Pantanal ser apresentado idilicamente.

A gente vê assim, que a televisão mostra o Pantanal como um paraíso perfeito, mas não mostra também o que é o Pantanal nessa labuta diária, do dia a dia das pessoas que sofrem infelizmente com a enchente ou que tem que trabalhar, né, nas fazendas enfim. Isso a gente não vê. Então isso aí eu não vi ainda em revista, jornal nenhuma vez alguém falando sobre isso. O valor do pantaneiro no serviço dele de mexer na planta de mexe com o gado, essas coisas. É fora de sério.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Lídia Estefânia F. Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>71</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>72</sup> A'B SÁBER, A. N., *Brasil: Paisagens de Exceção. O litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos*, 2006, p. 13.

<sup>73</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

Entendemos que uma possível compreensão da relação entre o homem e a natureza, na planície pantaneira, somente é plausível mediante o conhecimento das estratégias humanas construídas historicamente, para sua sobrevivência em áreas que, tradicionalmente, enfrentam as consequências das enchentes no Pantanal, como é o caso de Porto Murtinho. No âmbito da História Cultural, as estratégias de vida, ao longo do tempo, são consideradas na medida em que se avalie como o homem e a sociedade elaboram e reelaboram formas de se relacionar com o mundo natural.

A população que habita a região pantaneira sabe que é afetada pelas enchentes, convive com elas, é como se fizesse parte do “espírito pantaneiro”, como ouvimos de muitos chalaneiros da região de Corumbá e Porto Murtinho. Porque, de acordo com eles, quando você pensa, lembra do Pantanal, automaticamente, lembra-se das cheias. Então, o povo, por natureza, pensa na enchente, isso não é novidade, não é sinônimo de coisa ruim para quem vive mesmo no Pantanal, para quem se diz pantaneiro.

Com base nesse conhecimento do ambiente, o homem elabora estratégias que lhe garantam a permanência nesse ambiente. Albana Xavier ao escrever sobre a interação do homem com a natureza analisa que, se por um lado, o pantaneiro, “ao colocar em prática suas experiências testadas secularmente pela relativa margem de acertos, em situações similares,”<sup>74</sup> por outro lado, acaba por estabelecer “algumas leis empíricas que são arroladas por eles mesmos como experiência de vida.”<sup>75</sup> Lições que levam a práticas sociais oriundas de uma visão de mundo, no seu universo cultural. Na explicação de Conceição Montanheri.

É aquilo que nós falamos no começo. Um ombro a ombro que deve existir no mundo e, que se houvesse não haveria guerra. Não haveria divergência. Assim vamos dizer, divergências sim. Tem que haver, mas não um matando o outro, pisando na cabeça do outro pra subir, eu acho que tem que haver é colaboração, apoio mútuo entre as pessoas. E você vivencia isso aqui e se você quiser fazer diferente aqui você não vive, vai ser infeliz e vai dar um jeito de sair, você se expulsa automaticamente. Não é ninguém que te expulsa não. Você se sente fora do ambiente e você sai.<sup>76</sup>

Com a cidade de Iona, ocorre a constituição de um novo grupo social que partilha a provisoriamente dos espaços e a reelaboração de valores. O espaço ocupado pelo homem, nessa cidade improvisada, não é o mesmo espaço urbano instituído, tradicionalmente. Alguns valores são mantidos, outros se modificam, a paisagem é modificada pela ação do homem, conquanto a cidade é modificada pela ação das águas. A existência de uma rede de relações, num espaço determinado, numa “paisagem”, engloba relações entre passado e presente e não se explica apenas e tão somente pelo aspecto político, mas também no aspecto social, cultural, econômico e religioso. Aliado aos aspectos de deslumbre que

---

<sup>74</sup> NOGUEIRA, A. X., *Pantanal: homem e cultura*, 2002, p. 31

<sup>75</sup> Idem, p. 31

<sup>76</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

estigmatizam o Pantanal está à observância das necessidades locais que estão atrelados ao modo de vida da população.

### 3.2 “tudo pra nós aqui se torna festa”

Muitas são as festas que reúnem os diversos grupos locais, como, a Festa de São João, “Pantajuna”, Festa de Nossa Senhora de Caacupê com a dança da galopeira e dança do Toro Candil, Festa do Peixe, Festa da Cultura Popular, Festa do Folclore e o Carnaval. Na dança, temos a galopeira, dança do Pericón, a Cachaka e a Polca, todas de origem paraguaia. As festas integram o cotidiano do murtinhense. Seja para concluir um mutirão de limpeza de bairros, seja religiosa, seja para passar o tempo. E não poderia ser diferente na “cidade de lona”.

Olha tem, tinha essa, nós tentávamos fazer da, que a vida fosse o mais normal possível se é que era possível ser normal. Mas nós tentávamos. Tivemos lá um aniversário da cidade em 13 de junho e com festa com baile com tudo.<sup>77</sup>

Narrativa semelhante é de Ninfa Avelar. Ela faz tais colocações, quando indagada sobre como era morar na cidade de lona. Como era o cotidiano das pessoas naquele local e as atividades ali desenvolvidas.

A gente não já falava que não era cidade de lona, era cidade feliz, no final já. Que a gente fazia muita atividade sabe, fazia as festas como falei pra senhora de São João. Fizemo a festa do dia das mães, não acabou. Nós tentamos como diz fazer aquela atividade normal, né.<sup>78</sup>

Esse caráter festivo está associado à colonização da região que recebeu a influência de imigrantes portugueses e alemães e mais predominantemente paraguaios. O dicionário Houais<sup>79</sup> apresenta a definição da palavra festa, como sendo: reunião de pessoas com fins recreativos, geralmente, acompanhada de música, dança bebidas e comidas; regozijo, alegria; celebração religiosa.

Em conformidade com Guarinello, não existe uma definição precisa do que seja uma festa. Para o autor, festa é ainda um termo impreciso, podendo “ser aplicado a uma ampla gama de situações sociais concretas.”<sup>80</sup> Mesmo na utilização do termo no dia-a-dia, ela adquire significações que, atendam a circunstância momentânea, ou seja, mesmo utilizando-se a expressão cotidianamente, ela poderá adquirir uma interpretação diversa de uns para outros. Segundo o autor, “os sentidos que o próprio senso comum atribui a festas são de certa forma, bastante fluídos, negociáveis, contestáveis.”<sup>81</sup> Para o autor,

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> Ninfa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em 21/08/2008

<sup>79</sup> HOUAIS S, A. (1915-1999) e VILLAR M.de S. (1939-), 2009.

<sup>80</sup> GUARINELLO, N. L. *Festa, trabalho e cotidiano*, 2001, p. 969.

<sup>81</sup> Idem, p. 969.

Uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos. O mais crucial e mais geral desses produtos é, precisamente, a produção de uma determinada identidade entre os participantes, ou antes, a concretização efetivamente sensorial de uma determinada identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva com um afeto coletivo.<sup>82</sup>

As festas estão presentes no histórico dos moradores murtinhenses. A narrativa a seguir apresenta esse caráter ambíguo da definição de festa que, de certa forma, abarca a definição do dicionário acima mencionado. Vejamos:

A questão do mutirão de limpeza, no bairro tal, lá no bairro da Cacupé. Vamo faze ai no final acaba com festa. É um bailinho ali, a gente monta um palanque lá, e vamo lá, na rua mesmo. E as festa religiosas então, levamo no pé da letra, Nossa Senhora de Cacupé aqui com a festa dela é assim, talvez seja a de Nossa Senhora de Nazaré lá de Belém, pra nós aqui.<sup>83</sup>

A Festa da Virgem de Caacupe e a Festa de São João são duas festas religiosas levadas ao pé da letra, na linguagem dos entrevistados. Nada impede a sua realização. A festa de São João, de acordo com Souza, “era uma tradição nas aldeias de Portugal, e foram, portanto, os portugueses que a trouxeram para o Brasil.”<sup>84</sup> Em Porto Murtinho, essas festas são precedidas por preparativos que adentram por semanas. São feitas as novenas, a preparação dos alimentos, dos andores para o santo, no caso de São João e dos preparativos para a apresentação do Toro Candil, no caso da Festa de Cacupe. A transcrição a seguir apresenta aspectos das credices que cercam as festividades.

Muito bom, a gente até acha falta quando não vai ter. Vai chegar dia 8 de dezembro aquela coisa toda. Vamo dançar a galopeira, você vai na casa não sei de quem pede comida. Eu sempre dei, colaboro, a turma vem pede colaboração. Fazê comida pra crianças, distribui, essas coisa, tem muita atividade. Tem Santo Antonio casamenteiro, eu sei por que a gente quando era jovem já dizia que tem que pedi casamento. Tem que rezá pra São João. São João tá um espetáculo de festa. Dá banho no santo, passa por baixo do andor por que aquele ano você vai casá. São muitas histórias.<sup>85</sup>

A participação de toda comunidade é imprescindível para a realização das festas. Por ocasião das enchentes, a Festa de São João, em 24 de junho de 1982, foi realizada na cidade de Iona e contou com a participação de todo o efetivo de apoio que se encontrava no local. Foi uma festa que “mexeu com os moradores”, isso porque a situação em que foi realizada não era nada habitual. A calamidade, instalada pelas águas, margeou toda a preparação da festa, que, mesmo assim, não perdeu seu caráter religioso e mítico intimamente ligado à dinâmica da região pantaneira e que traz em si a possibilidade da renovação.

---

<sup>82</sup> Idem, p. 972.

<sup>83</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>84</sup> SOUZA, J. C., *O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX*, 2004, p. 334.

<sup>85</sup> Ninfa Amada Ovelar Ayub. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

Souza salienta que os aspectos que margeiam essa festa possuem “a riqueza de várias tradições incorporadas.” Bem como, “significados que se entrecruzam, crenças que unem o sagrado e o profano.”<sup>86</sup> O autor, faz uma análise da realização dessa festa em Corumbá:

Um dos temas dessa festa, portanto, é a renovação. O fogo e a água associam-se à esperança de renascimento e dias melhores. No contexto da região, o rio tinha uma importância vital para toda aquela população, que vivia e dependia do fluxo das cheias e vazantes dos rios do pantanal. Daí, a crença de que na noite de São João, após o banho do santo, as águas do Rio Paraguai começavam a baixar. O ciclo das águas na região, de modo geral, compreende a cheia de dezembro a junho e a vazante de junho a dezembro.<sup>87</sup>

Prosseguindo, faz uma análise contundente no que tange à agregação de aspectos típicos da região pantaneira que permanecem incólumes.

Apesar de "cristianizada", a festa de São João manteve uma série de simbolismos universais, que, no contexto da região pantaneira, ganharam força, adquirindo elementos autônomos em relação às festas institucionalizadas pela Igreja Católica. Os ritos do fogo, da água e da refeição, conforme já comentado, guardam uma associação com o renascer, a renovação e a fertilidade. É possível interpretar que em função de todos esses simbolismos, gerando grande sociabilidade, a festa tornou-se também momento propício para arrumar um(a) parceiro(a), uma vez que era a grande oportunidade de encontro.<sup>88</sup>

A festa, em conformidade com Guarinello, “mexe conosco, com nossos valores, com nossa visão de mundo.”<sup>89</sup> Considerando a singularidade do momento e as particularidades da região, as festas têm um papel socializador, onde se “defrontam diferentes interpretações do viver em sociedade.”<sup>90</sup> Têm, também, um caráter inclusivo e mantenedor dos fios tênues que interligam a cultura pantaneira, que traz em seu bojo particularidades culturais de uma região fronteiriça, como é o caso de Porto Murtinho.

A proposta de Guarinello, para pensarmos a definição de festa, seria a abstração das particularidades históricas e culturais do termo. Poderíamos, então, pensar a festa como parte integrante do cotidiano, no contexto de “realização das relações sociais.”<sup>91</sup> Isso posto, ainda em conformidade com o autor, porque o termo implica em ação coletiva que envolve, primeiramente, uma dada “estrutura social de produção”<sup>92</sup>, seguida pela “participação concreta de determinado coletivo”<sup>93</sup> com lugares e funções específicas. A interrupção das

---

<sup>86</sup> SOUZA, J. C., *O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX*, 2004, p. 335

<sup>87</sup> Idem, p. 335.

<sup>88</sup> Idem, p. 338- 339.

<sup>89</sup> GUARINELLO, N. L., *Festa, trabalho e cotidiano*, 2001, p. 970.

<sup>90</sup> Idem, p. 970.

<sup>91</sup> Idem, p. 971.

<sup>92</sup> Idem, p. 971.

<sup>93</sup> Idem, p. 971.

atividades diárias está explícita “na interrupção de um tempo social”<sup>94</sup>, articulado, por sua vez, “em torno de um objeto focal”<sup>95</sup> que, sagrado ou profano, real ou imaginário, tem a função de estimular sensações que, na resultante, desembocam em um polo agregador das mais variadas identidades sociais, sejam elas permanentes ou circunstanciais.

Se considerarmos que uma atividade festiva tem caráter agregador e socializante, mediante tal explanação, perceberemos que a população encontrava, nas festas, um elemento de fundamental importância para a manutenção da unidade do grupo - no caso, dos flagelados pelas enchentes. Os laços de afinidade se estendiam para depois das festividades e propiciavam uma base para o respeito às diferenças tanto sociais quanto culturais. A disponibilidade de tempo articula-se com a necessidade da busca de atividades que venham preencher essa lacuna, evitando os constrangimentos e margeando os limites do indivíduo, enquanto morador de um espaço coletivo.

### **3.3 Recomeçar com a cidade, refazer os caminhos**

O hábito de passear de barco pela cidade inundada, nas enchentes de 1979 e 1982, permitia que os moradores acompanhassem o nível das águas. E, muitas famílias, aos primeiros sinais da baixa no nível da inundação, iniciam os preparativos para a volta para casa. Todos tinham consciência do trabalho duro de reconstru o ao qual deviam se submeter; no entanto, a ansiedade fustigava. O retorno, após a enchente de 1979, deu-se em meados do mês de setembro, sem maiores transtornos.

O jornal *O Momento*, de 16 de agosto de 1979, traz uma reportagem com o seguinte título: “Moradores voltam a Murtinho sob controle.” Salienta que muitos moradores estão voltando para suas casas, “mas não de forma desordenada ou irregular ou com risco para a saúde pública.” Na reportagem,   possível observar que há referências da possibilidade de invasões, que são rebatidas. As informa es, prestadas pelo coordenador da Defesa Civil, confirmam que os moradores voltaram de maneira controlada e com assistência dos responsáveis pela sua segurança.

A permissão para o retorno as casas era concedido pela Defesa Civil em conjunto com a SUCAM e Polícia Militar. Havia todo um trabalho de desentupimento de fossas e desinfec o necessárias. As imagens que se descortinavam diante da popula o, após a enchente de 1979, revelavam uma cidade fétida, desconhecida.

Nossa! A cidade... A cidade era triste quando começou a baixar a  gua. Era cobra, cobra morto. Era bicho de tudo espalhado por aqui. Assim, nessa rua que você andava era só barrera. Barrera tem que limpar. O fedor que tinha que você não sabe. Não dava pra você assim. Dentro de casa então nem se

---

<sup>94</sup> Idem, p. 971.

<sup>95</sup> Idem, p. 971.



fala. A turma tinha que deixar assim tudo aberto era um fedor que não podia, não dava pra entrar, então deu muito trabalho pra gente né.<sup>96</sup>

Imagem perturbadora que faz com que aflorem indagações quanto à existência de uma cidade que se apresentava dentro de uma ordem urbana abrangente e estruturada mesmo com suas limitações. Aquela cidade, velha conhecida da população, que foi concebida a partir de uma necessidade básica de escoamento da erva-mate, apresenta uma imagem paradoxal. As águas empreenderam modificações extremadas da organização espacial ora conhecida. Mais do que um projeto, um roteiro de reconstrução, havia a urgência na concretização do espaço tão familiar.

Como nos indica Pesavento:

Poder-se-ia dizer que se tem uma cidade quando ela é pensada e formulada no imaginário. Mais do que isto: a cidade, tal como as instituições, não se reduzem ao simbólico, mas não podem existir sem a constituição de uma ordem simbólica imaginada, que articula uma rede de significações dotadas de uma relativa coerência e cujo acesso é codificado e sancionado socialmente.<sup>97</sup>

O conjunto de imagens de uma cidade modificada pelas águas adquiriu múltiplos significados. Para muitos moradores, foi o sinal de que era hora de partir, buscar uma nova cidade e recomeçar. Para outros, era hora do recomeço também, mas sem sair da cidade. Recomeçar junto com a cidade, refazer os caminhos e acrescentar alguns sonhos na reconstrução da tão castigada cidade.

Logo em agosto a cidade já estava seca né. A água já tinha tomado o leito do rio. Então o corpo de bombeiros e outros órgãos do Estado se encarregaram de fazer a detetização das casas. Se encarregaram de fazer a limpeza das ruas. Tirar o aguapé que tinha ficado nas vias públicas, nas residências. Tinha até aguapé dentro de residência, e então eles detetizaram todas as casas. Fizeram uma limpeza global depois vieram máquinas para aplinar a cidade porque houve ruas que foram é, ficaram desgastadas. Ficaram esburacadas devido a torrente de água que passava por elas, etc. Então em setembro de [19] 79 a cidade já estava novamente habitável e a vida continua normal.<sup>98</sup>

Desse modo, propomos pensar, primeiramente, que o espaço físico tão somente não configura o lugar e, poderíamos, igualmente, admitir que o lugar, por sua vez, está na dependência não somente do espaço material e concreto. Está, principalmente, nos significados e na teia de relações sociais estabelecidas sobre esse espaço físico. Assim, a organização do espaço está diretamente ligada à instauração da vida urbana.

Indagados sobre a situação em que ficou a cidade, os nossos entrevistados, com gestos quase inconscientes, davam sinais de desolação total. No entanto, as palavras

---

<sup>96</sup> Lidia Estefânia Ferreira Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>97</sup> PESAVENTO, S. J., *Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo*, 1996, p. 378.

<sup>98</sup> Firmo Luiz Fonseca. Entrevista em abril/2007. Porto Murtinho, MS

vinham reforçadas pela certeza das dificuldades vencidas uma a uma com muita perseverança.

Baixando a água, as primeiras casas que saíram da água também foi a minha. Eu mandei arrumá tudo limpá e voltei. Ainda tinha água na cidade, mas eu morava assim, sem luz, sem água. A gente trazia água lá do 6 do 5, água potável, que lá a casa civil que trabalhava com isso lá. Abastecia a cidade de lona e de lá, a gente trazia água. A gente tinha lampião a gás essas coisas que a gente utilizava e, mas logo em seguida voltou tudo ao normal.<sup>99</sup>

Para algumas famílias, o retorno não foi possível. O pouco que se tinha havia sido levado pelas águas e, nesse caso, permanecer nos locais dos acampamentos era a solução mais viável. Melhoram a estruturas de suas barracas e, com o decorrer do tempo, constroem uma moradia, dentro de suas possibilidades, o que lhes permite a permanência no local. Outras, no entanto, encontraram alternativas que atendiam às suas necessidades básicas, até que uma solução definitiva fosse apresentada pelo poder público. Algumas famílias residiram em locais improvisados e coletivos.

Aqui era uma padaria, funcionou muito tempo padaria, quando a gente fez. Viemos pra cá, uma seis ou oito famílias ficaram assim sem casa. Ficaram assim, as pessoas que moravam nas periferias. Ficaram sem casa e vieram morar aqui, neste prédio, na padaria velha. E eles ficaram por muitos anos morando aqui. Nasceram muitas crianças aqui, cresceram. Inclusive eu tinha duas comadres que vieram pra cá, só depois que o governo fez o Cherogami que tiraram estas famílias daqui para formar este espaço que hoje é o museu. E a gente fica muito feliz e orgulhosa quando pensa nessa situação. Porque praticamente este prédio estava uma ruína. Estava prestes a cair em cima dessas pessoas.<sup>100</sup>

Em setembro de 1982, quando na volta para a cidade, tem alguns relatos de que houve grande agitação em deixar o acampamento e voltar para suas antigas casas. O retorno, após a enchente de 1982, foi tumultuado em função do receio de “mudar a cidade”. As indagações, quanto ao futuro da cidade, não permitiram a espera no presente. Com a visita do Ministro do Interior, Mario Andreazza, veio a possibilidade de mudar a cidade definitivamente para o km 6 e 7, afastando o perigo de novas inundações.

Na época, do, em 1982 (...) houve muita contrariedade por que já tava todo seco a cidade. E a defesa civil não, a estrada se rompeu. A defesa civil não arrumava a estrada. O prefeito também não se mexia, por que achou que era dever da defesa civil. E a gente ficava lá, sem poder vir. Porque não tinha caminhão pra passar ali. Então nessa época, houve muito protesto, mas em [19]79 não, assim que deu pra vir, a gente veio tudo embora.<sup>101</sup>

O retorno da população era acompanhado pela Defesa Civil. Muitas famílias se adiantavam e voltavam, antes mesmo que a Defesa Civil colocasse em prática medidas, tais como, a retirada de entulhos, de animais mortos e de proceder à dedetização. Juntamente

---

<sup>99</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Hipólito Soares da Silva. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

com o exército, bombeiros, a população, em mutirão, auxilia na recuperação de pontos estratégicos e essenciais, como, hospital, escolas, prefeitura, bancos, sem descuidar da reestruturação de seu espaço particular, suas casas. O empenho foi geral e a resultante foi que, aos poucos, toda a população voltou à sua “velha e conhecida rotina”, sem perder o fascínio e o encantamento pelas águas.

As enchentes, bem como a “cidade de lona”, constituíram um transtorno na vida dos moradores. Uma ruptura na rotina cotidiana. Em conversas com moradores, muitos classificam a enchente como não prejudicial porque, quem mora na beira do rio, quem mora no Pantanal sabe que tem enchente e, assim, para muitos, ao se falar em Pantanal não se pode esquecer da enchente e da seca; assim, “a enchente não prejudicava ninguém.” E morar na cidade de lona, passado o impacto inicial e a fase do estranhamento, “era uma festa aquilo lá para a maioria.”<sup>102</sup> Era uma beleza. “Era festa todo dia.” O amparo recebido das entidades envolvidas no atendimento aos flagelados foi classificada como muito boa. “Tinha assistência, tinha tudo. Sem fazer nada, tinha tudo.” O detalhe lembrado por todos era, que durante o dia, “o ruim era no sol quente, aquela lona esquentava pra daná, viu.”<sup>103</sup> Muitos são moradores da região desde a implantação das fábricas de tanino, cresceram nas vilas operárias e, juntamente com a família, aprendem que, se morar na beira do rio, pode vir água a qualquer momento; no entanto, o rio Paraguai avisa que a água vai subir. Teve um comentário, feito por Conceição Montanheri, que vale registrar. Assim, ela diz:

Um dia eu andando na rua, escutei uma senhora falando assim: Oh! Fulana. Não lembro nem o nome da mulher. Você já flagelo? E a outra falou: Não, flagelei ainda, mas eu vou flagela já. Semana que vem eu vo tá flagelada sim. Era cada uma. Então o povo já se chamava de flagelado. Você já flagelou. Não, não flagelei ainda.<sup>104</sup>

A explicação que ela dá ao fato era de que o assunto era tratado com naturalidade. Não era uma tragédia anunciada. Nada tinha a dimensão trágica que a imprensa apresentava ao Brasil. Para ela, “tragédia era a imprensa que fazia.” Mesmo vivenciando uma situação problema, como o fato de sair de suas casas. As pessoas tinham medo de terem suas coisas roubadas, que a enchente derrubasse a casa essa era a preocupação maior. Mas porque foi pra cidade de lona ou era uma tragédia, não, “é mais a imprensa que exagerou um pouquinho.” Ela classifica o povo murtinhense como um povo alegre e, de acordo com ela, o fundamento está na índole do povo, “de ser alegre, de ser pacífico, de ser de conformar com as coisas, e aceitar essas coisas, um povo de natureza pacífica.” E

---

<sup>102</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>103</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>104</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

completa, “um espírito pantaneiro porque no pantanal tem enchente, então se convive com a enchente.”<sup>105</sup>

### 3.4 muitos deixaram a cidade

As ruas percorridas diariamente pelos moradores são as mesmas que levam muitas famílias em busca de novas alternativas. Deixar para trás a cidade consistia no exercício de pensar em todas as possibilidades possíveis para sua permanência no local. Com o fechamento das fábricas de tanino, a cidade tem um contingente considerável de desempregados, de famílias que moram de aluguel ou mesmo permaneceram nas vilas das fábricas. Estima-se que, até 1982, cerca de 2 mil pessoas deixaram a cidade.

Aquele que saíram vou pra Campo Grande. Algum voltou. algum não. Alguns tão voltando que a cidade melhorou muito. Hoje a cidade nossa é outra. Que na época 1977 terminou essa industria que tava aqui de tanino e ai acho que a autoridade daqui não preparou o povo pra enfrentar isso daí. Por que quando terminou essa industria ai do tanino muita gente desempregado, mandou embora tudo e hoje ta voltando.<sup>106</sup>

O ponto ressaltado por Lidia Estefânia é convergente com a narrativa de Antonio Barreto. O fechamento das fábricas e a falta de postos de trabalho é fator preponderante para a saída de muitos. A enchente, de acordo com ele, só fez dar uma acelerada na decisão de sair em busca de novas frentes de trabalho.

Não. Não. As enchentes, que saíram por comodidade. Por que não tinha o que fazer no que trabalhar não tinha nada. O pessoal foi procurar serviço. Quem se acomodou e arrumou um bom serviço num bom lugar, ficaram. Quem não se arrumou ou a saudades, não agüentou a saudades voltaram pra cá. Mas não é por causa da enchente que foram embora. Eles viviam normalmente. Pessoal da Quebracho, da Florestal, aqui do Saladeiro foi todo mundo embora. Não tinha serviço pra eles. Acabou o tanino, quem trabalhava com tanino foi embora. Trabalhava aqui no saladeiro, nas charqueadas, acabou as charqueadas. Foram procurar em outro lugar e assim por diante. Então não é a enchente que pos eles embora. A enchente faz sair, e volta.<sup>107</sup>

Entre as narrativas, muitos atribuem o êxodo ao fechamento das fábricas e ao grande número de desempregados, mas, também, a questão das enchentes gerou medo em muitas famílias. A possibilidade de acontecerem cheias anuais não foi descartada por muitos que optaram por deixar a cidade. Para, o então governador, Marcelo Miranda Soares<sup>108</sup>, muitas dessas famílias, ao buscarem abrigo em casas de parentes e conhecidos fora da cidade, encontraram um ambiente diferente daquele ao que estavam habituados e,

---

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Lidia Estefana Ferreira Fernandes. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>107</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>108</sup> Marcelo Miranda Soares. Entrevista em setembro/2009. Campo Grande, MS

com isso, a possibilidade de recomeçar numa cidade bem estruturada, com rede de água, de energia elétrica, escola para os filhos, melhores salários. Muitos militares, tanto da ativa como reformados, foram para Jardim, Campo Grande, Aquidauana, Dourados, Corumbá. Isso contribuiu consideravelmente para a baixa populacional.

Foi muita gente embora. Então, a cidade passou tempo assim, com pouca gente. Houve tentativa de mudar a cidade e na época o Mario Andreazza que era Ministro do Interior vieram consultar o povo, mas nenhum de nós queria sair daqui. Preferíamos enfrentar novas enchentes do que ir morar longe daqui, longe da água né.<sup>109</sup>

O aspecto da baixa populacional, mencionada por Hipólito Soares, está concatenado com a fala de Luiz Augusto Codorniz.

Muitos saíram daqui por causa das águas na cidade. Ali ficaram e resolveram se estabelecer nas cidades que eles procuraram porque preferiram. Lá era melhor mais seguro pra ficar e, foram exclusivamente às famílias com mais recursos, funcionário público, federal, militares, reformados, aposentados esses que foram mais embora. A cidade diminui, hoje, por exemplo, tem pouca gente.<sup>110</sup>

Outro fator relevante foi a questão da moradia. Aquelas famílias que moravam de aluguel, que dividiam espaço residencial com outra família, moravam em hotéis, aproveitaram a oportunidade e a disponibilidade da coordenadoria da Defesa Civil que, durante os meses de abril a setembro de 1979, colocou à disposição da população um caminhão para fazer a mudança de quem quisesse sair da cidade. O relatório apresentado pela CONSPLAN para o Ministério do Interior, ao descrever Habitação e Construção, na cidade de Porto Murtinho, apresenta a seguinte análise:

A zona urbana foi preparada para abrigar uma quantidade relativamente grande de funcionários categorizados da indústria de tanino, funcionários públicos e pequenos comerciantes, encontrando-se inúmeras habitações de padrão médio e popular. O padrão alto não existe e na periferia uma parte de imigrantes da zona rural se estabeleceu em casebres edificadas dentro do mesmo padrão utilizado na área de origem dos moradores.<sup>111</sup>

A classificação dos padrões habitacionais, na década de 1970, seguia, de acordo com o relatório, três categorias. Sendo essas: padrão alto - inexistente no município para o período; padrão médio, que se caracterizava por construções com estruturas de concreto, alvenaria ou tijolo, com acabamento de cerâmica, massa comum, ou mesmo reboco, cobertas com telhas de cerâmica; padrão popular, com estrutura de alvenaria, de tijolo, com acabamento externo de massa comum ou reboco; padrão baixo, onde a estrutura era adobe<sup>112</sup>, tijolos ou madeiras sem tratamento com acabamento externo de massa comum ou

---

<sup>109</sup> Hipólito Soares da Silva. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>110</sup> Luiz Augusto Codorniz. Entrevista em abril/2007. Porto Murtinho, MS

<sup>111</sup> Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado. CONSPLAN, 1970, p. 12.

<sup>112</sup> Tipo de tijolo artesanal cru, seco ao sol.

mesmo sem nenhum acabamento, cuja cobertura era de palha de sapé, folha de palmeira, madeira, telha, cerâmica ou zinco.

A costaneira de carandá era muito utilizada nas construções e para o feitiço das cercas. Medidas paliativas de saneamento eram aplicadas pelo quartel, em virtude de que esse tipo de construção contribuía, em muito, para a proliferação do barbeiro, baratas e ratos, aumentando os riscos de se contrair doença de chagas. O número de construções, na área urbana, totalizava 710 habitações, onde apenas 71 delas era do padrão médio.

O referido relatório, ao descrever a evolução do licenciamento de construções, sinaliza que

O ritmo de construções na cidade tem sido lento, malgrado o incremento demográfico que ocorre desde a década de [19]50. Verifica-se em significativa incidência a ocupação de hotéis, vagas (casas que se sobre alugam) ou pequenas construções localizadas nos lotes das residências atuais, provocando um aumento contínuo na densidade demográfica de uma área que não se tem expandido territorialmente.<sup>113</sup>

Na análise de um desenvolvimento planejado e também espontâneo, fatores prioritários, como uma integração entre os setores urbano e rural, torna-se imprescindível. A economia urbana está entrando em declínio frente à decadência das fábricas extrativistas que se utilizam de equipamentos obsoletos e mão-de-obra sem qualificação e, no setor rural, o despontar de forma espontânea e não planejada de uma economia com base na pecuária, que continua a absorver parte dessa mão-de-obra. A ampliação das áreas de criação bovina, mas com tendências à expansão para os municípios vizinhos, permanecendo, dessa forma, a evasão da renda local e a estagnação econômica do município. Assim,

Em consequência da falta de integração do sistema poderá ocorrer o êxodo da população urbana para outros municípios em busca de oportunidades de emprego e a receita municipal tenderá a decrescer ou se estagnar, tirando da administração os meios necessários para ampliar a infra estrutura do município.<sup>114</sup>

Muitas famílias, que saíram da cidade no período, retornaram. O vínculo de parentesco favorece esse retorno. Quando falamos em êxodo para o período das enchentes, deparamo-nos com interpretações diferentes do mesmo fato. Antonio Barreto questiona que, em “toda cidade do mundo, em todo país do mundo não tem como a maioria, não tem como segurar o povo.” Diante dessa colocação, para ele, a saída do povo é uma necessidade como em qualquer lugar, em qualquer país. Pontua que “Murtinho mesma coisa, a gente vai pra qualquer canto do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste, Brasília, qualquer lugar do país tem murtinhense.”<sup>115</sup> Famílias com melhor poder aquisitivo

---

<sup>113</sup> Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado. CONSPLAN, 1970, p. 13

<sup>114</sup> Idem, p. 67,

<sup>115</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em 21/08/2008.

mandavam seus filhos para estudar fora e eles formaram novas famílias mantendo os vínculos com a cidade.

Em agosto de 1980, o jornal *O Momento* apresenta a manchete “Governo tem plano para recuperar Porto Murtinho”, relatando que o coordenador da Defesa Civil do Estado – SEDEC - o coronel Joacir Sebastião da Silva apresentou, ao governador Marcelo Miranda, sugestões de medidas para serem aplicadas em Porto Murtinho logo que baixassem totalmente as águas, com uma previsão de 40 dias. Sugestões, como a implantação de um programa intensivo para preparação de mão-de-obra e de cursos profissionalizantes, mobilizando conjuntamente a população, melhorando a qualificação profissional do município. Para o governador, tais medidas são emergenciais, visto que o município apresenta um quadro difícil.

Segue pontuando que por dois anos seguidos, eventos calamitosos assolaram a cidade e a desativação das fábricas levou um contingente de mais de 30% da população a deixar o local em busca de trabalho e segurança. Para o coordenador da Defesa Civil, o que restou, salvo algumas exceções, foi uma população carente, um grande número de pessoas idosas, um expressivo número de desempregados e um acentuado número de gestantes, muitas delas, menores de idade, famílias com numerosos filhos.

A reportagem salienta que o problema social é um dos mais graves, segundo informações do coronel Joacir Sebastião da Silva, e que exige atenção urgente das autoridades estaduais e federais. São as seguintes medidas apresentadas, como prioritárias: reativação do entreposto de pesca local; criação de um posto de fiscalização para evitar a concorrência desleal e os excessos. Para o Estado, de acordo com o governador, nos últimos dois anos, Porto Murtinho atingiu importância, um custo superior a 10 milhões de cruzeiros para a Defesa Civil. É preciso conscientizar a população da necessidade de se transferir para a nova Porto Murtinho, a ser construída em local que as cheias do Paraguai não avançam. Antes, porém, para o coordenador da Defesa Civil, é preciso criar e oferecer condições de trabalho aos murtinhenses, através da qualificação da mão-de-obra e do incremento na pesca, que propicia condições para as pessoas enfrentarem as dificuldades e se dispor a transferir-se para outro local, como indicam os estudos desenvolvidos pelos técnicos federais.

A questão estava residindo no impasse, não apenas entre os moradores, como, também, entre as autoridades envolvidas no processo de recuperação da cidade e uma posterior transferência, como indica a reportagem.

Para Norma Meza, muitos foram embora com medo de novas enchentes, outros, no entanto, não encontraram tanta facilidade na adaptação e retornaram para a cidade logo após a construção do dique. E, para ela, tem a questão da região ser área de Segurança; assim, há um contingente militar considerável que está em constante trânsito na região.

Para Inocêncio Fernandes, o índice populacional é constante, pode até ocorrer pequenos êxodos, mas o número de imigrantes paraguaios, que a cidade recebe constantemente, contribui para o crescimento tanto demográfico quanto populacional. O êxodo, nessa análise, não está diretamente associado à questão das enchentes e, sim, às condições econômicas e sociais em que se encontrava a cidade, na década de 1970, até meados de 1980.

### 3.5 O murtinhense não vive sem o rio

O rio nos adotou. Isso aqui é muito mais do que está na televisão, mas temos que cuidar porque um dia pode acabar. A natureza não é eterna, assim como o homem não é. Isso é a vida, o que mais eu posso querer? Só quem está aqui sabe o que é isso aqui.<sup>116</sup>

Após a visita do Ministro do Interior Mário Andreazza, a população murtinhense recebe a notícia de que havia um projeto para que a cidade fosse transferida para o km 7 e 8, local dos acampamentos provisórios. Essa proposta vinha atrelada a um segundo projeto para a construção de um dique de contenção de águas. A mudança da cidade, em termos de custos, era a alternativa mais viável. Seriam construídas casinhas nos moldes de conjunto populacional e empreendimentos como a instalação de rede elétrica e água potável. Enfim, uma nova cidade era oferecida à população murtinhense. Muitos afirmam que houve um “plebiscito de boca”, ocasião em que a população disse não à mudança da cidade. Para Artemio Sanchez, isso ocorreu em função de que “murtinhense como tem um amor inabalável por essa terra, ele disse não, e tem que ter outro jeito. Não, não e não, e bateu o pé e não. Arrumou-se outro jeito.”<sup>117</sup>

A pressa em voltar para casa, mesmo com a água, aumentou. O medo de perder o pouco que restou e, principalmente, de “deixar Murtinho para trás” tomou conta da população.

Houve essa possibilidade, ou foi inventada essa possibilidade. Só que a população não aceitou. Não quis de jeito nenhum. Pensou-se em construir uma nova cidade a, aos moldes de nova Porto XV lá né, Mas não foi aceito pela população de Murtinho de jeito nenhum. O povo mal a água dava na canela já voltava pra cá, e não tinha quem fizesse, não houve aceitação por parte da população.<sup>118</sup>

Reportagem do jornal *O Momento* estampava a notícia: “Governo pode mudar a cidade de Porto Murtinho.”<sup>119</sup>, informando que a proposta do DNOS era a construção de diques de contenção de água e a proposta do Governador do Estado Marcelo Miranda

---

<sup>116</sup> Antonio Carlos Dias Barreto. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>117</sup> Artemio Sanches. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>118</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>119</sup> Jornal *O Momento*. 31/07/1982. nr. 8182. Corumbá, MS



Soares era transferir a cidade, que seria uma alternativa mais prática e rápida. As informações foram prestadas pelo Assessor da Defesa Civil da Superintendência para o desenvolvimento do Centro Oeste, Coronel Pablo Maranhão Ayres, que seguiu para Porto Murtinho, juntamente com o coordenador da Defesa Civil de Mato Grosso do Sul, Joacir Sebastião Silva. As propostas foram submetidas a estudos técnicos e com uma decisão a ser anunciada com a brevidade que demanda a urgência da situação.

Persistem as controvérsias e os desentendimentos entre as autoridades e a população que não aceita a mudança da cidade. Muitas propostas foram apresentadas aos moradores.

Veio a proposta, por que achava que sempre ia ter essa enchente. E veio a proposta que pra sair a cidade lá, daqui a 7 km, num lugar bem altura, bem alto. E daqueles pessoal que vieram falar pra mim até falaram o seguinte: o dinheiro que ta aí dá pra fazer 10 Murtinho, melhor do que o que ta lá. E muito dinheiro, e vocês não vão aceitar (...) mas tem que fazer uma pergunta pro povão pra ver se vão querer. O pessoal não aceitaram.<sup>120</sup>

A justificativa da população está contida no fato de que é “muito gostoso morar na beira do rio”, pescar no cair da tarde, ver os meninos jogarem bola no campinho e depois tomarem banho no rio. Olhar ao longe no rio e ver os navios e barcos passando. A lembrança da infância está condicionada ao rio.

eu quando garoto jogava bola na barranca do rio na frente do hospital velho. O primeiro Hospital de Porto Murtinho. É um descampado, a gente jogava bola, suave, coisa e tal. A bola caía na água, a gente mergulhava no rio nadava atrás da bola, tacava um no outro. E aquilo foi nos fortalecendo como nadadores e fortalecendo fisicamente (...) Até boxe a gente treinava na beira do rio, naquele descampado ali. A gente cruzava o rio, todo dia, eu pelo menos cruzava duas, três vez por dia a nado quando não a nado de chalana, remando.<sup>121</sup>

O rio Paraguai integra o imaginário pantaneiro. As cidades pantaneiras, que foram erigidas em seu entorno, têm, no rio, sua identidade. É nas águas do rio que a população contempla o pôr-do-sol, no Pantanal. O rio constitui-se no elemento importante ao longo da História no que tange às fixações populacionais no entorno de suas margens. Ao relatar esses fatos, verificamos que eles estão como que intimamente ligados à água, ao rio que se espalha pelos Pantanais. A água, por sua vez, exerce um fascínio que ultrapassa a ideia do apenas morar próximo às margens do rio Paraguai. Para muitos desses moradores, o rio é a sua identidade, a sua referência enquanto um morador urbano no Pantanal.

Na análise de Silva, “o conjunto de expressões peculiares da paisagem do rio estimula impressões sensoriais e emotivas indefinidas, irradiando uma enxurrada de

---

<sup>120</sup> Inocêncio Ferreira. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>121</sup> Artêmio Sanchez. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

imagens subjetivas.”<sup>122</sup> O rio Paraguai contribui, nesse aspecto, para a construção de imagens paradisíacas. Completa a autora, “mas, em maior intensidade, emergem do Paraguai transbordante as visões exuberantes da paisagem.”<sup>123</sup>

Quando o volume de águas extravasa de suas margens, o Paraguai, aos poucos, tem sua sinuosidade diluída, dando lugar a um extenso alagado. Ao alcance dos olhos, não se tem mais um rio, porque:

No lugar onde dominava um sistema fluvial regular, inicia-se a mutação do mundo aquático, sem harmonia, quase sem escoamento, entregue as ações da natureza para distribuir-se em milhares de sangradouros, boqueirões entre serras, que se alagam durante as enchentes.<sup>124</sup>

O rio Paraguai, ao mesmo tempo em que é um rio brasileiro, é também um rio de águas internacionais. Na análise de Ney lared Reynaldo, “é um dos mais importantes da planície, corre dois terços de sua extensão em terras brasileiras – 1.693 quilômetros.”<sup>125</sup> Ainda de acordo com o autor, “é o rio mais volumoso em águas da Bacia do Alto Paraguai.”<sup>126</sup> Atuando como um canal de comunicação, sendo navegável em, aproximadamente, 90% do seu curso, com isso “permitiu que entre os anos de 1870 e 1940, nesse trecho, o tráfego de embarcações.”<sup>127</sup> Fator esse que contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, colocando Mato Grosso “no contexto do capitalismo internacional, assim como, também, um ensaio de participação direta de capitais estrangeiros na sua economia.”<sup>128</sup>

Em Porto Murtinho, permitiu que o município, criado em função de atividades portuárias vinculadas à exportação da erva-mate, recebesse, em suas águas, navios que transportavam manganês de Corumbá e trigo em grãos. Seria pertinente dizer, então, que o rio Paraguai é um divisor natural de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai e banha o município de Porto Murtinho em uma extensão de, aproximadamente, 200 km.

A descrição do rio Paraguai, feita por Proença, em sua obra “Pantanal: gente, tradição e História”, contém elementos utilizados pelos murtinhenses para falar do rio. Assim descreve o autor:

Rio caudaloso, o Paraguai vem fazendo muitas voltas, adivinhando declives na planície pantaneira, ramificando-se em linhas alargando-se em baías, escorrendo de manso por entre margens às vezes pouco elevadas, recebendo cada vez mais os tributos dos afluentes: uma imensa massa

---

<sup>122</sup> SILVA, M<sup>a</sup> do C. G., *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro; uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*, 1999, p. 283.

<sup>123</sup> Idem, p. 2831

<sup>124</sup> Idem, p. 287.

<sup>125</sup> REYNALDO, N. I., *Comercio e Navegação no rio Paraguai (1870-1940)*, 2004, p. 59.

<sup>126</sup> Idem, p. 59.

<sup>127</sup> Idem, p. 64.

<sup>128</sup> Idem, p. 84.

líquida a despejar-lhe uma variedade enorme de entulhos, dando-lhe aparência do rio precocemente envelhecido.<sup>129</sup>

Objeto de vários estudos na historiografia sul-matogrossense, o rio Paraguai foi o caminho para guerra e para a interação entre duas nações distintas. Ao mesmo tempo em que atua como limite, torna-se a possibilidade de acesso a outra margem. São variantes de uma mesma análise em que o limite não é apenas fronteiro, está diretamente relacionado com as questões de fronteiras e identidades. É uma porta de comunicação que possibilita intercâmbios consideráveis em todos os aspectos, sejam eles culturais, econômicos, sociais, políticos.

O historiador Lucien Febvre, em sua obra, *O Reno: história mitos e realidades*, apresenta uma análise, no que tange à questão do Reno, enquanto fronteira entre França e Alemanha. Fronteira, conforme descreve o autor, é uma “palavra de exércitos em movimento, palavra relativamente nova que se opõe a limite, essa velha palavra indulgente de medidores de terra.”<sup>130</sup> A fronteira vista enquanto algo dinâmico, em contrapartida ao limite, que é estanque. Para Febvre, é necessário atentar para um princípio mestre que se estende além da fixação de limites geográficos preestabelecidos cartograficamente. Febvre analisa que

Não há fronteira quando dois dinastas, estabelecidos em terrenos que exploram, levantam, dividindo as despesas, algumas cercas pintadas com suas armas ao longo de um campo ou traçam uma linha ideal de separação no meio de um rio.<sup>131</sup>

Segue a análise apresentando a concepção de fronteira, enquanto um traço de união.

Há fronteira quando, ultrapassada essa linha, encontramos-nos diante de um mundo diferente, de um complexo de idéias, sentimentos, entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Uma fronteira em outros termos, o que a finca profundamente na terra não são as forças policiais, nem as alfândegas, nem os canhões por trás de muralhas. Sentimentos, isto sim; paixões exaltadas – e ódios.<sup>132</sup>

Os rios, desde os primórdios de uma economia, primeiramente, de coleta e, posteriormente, agrária da humanidade, referem-se ao desenvolvimento social da humanidade; temos, então, que os rios se constituíam em lugares privilegiados, visto sua contribuição para a cultura e do imaginário. Povoados de mitos a água, foi o elemento primordial para o desenvolvimento de grandes civilizações que, historicamente, foram se formando às margens de grandes rios. A água, com sua cosmologia formatando o universo místico da humanidade.

---

<sup>129</sup> PROENÇA, A. C., *Pantanal: gente, tradição e história*, 1977, p. 19.

<sup>130</sup> FEBVRE, L., *O Reno: história, mitos e realidades*, 2000, p. 209.

<sup>131</sup> Idem, p. 212.

<sup>132</sup> Idem, p. 212.

Teme as grandes cheias e as secas, a magia que envolvia monstros imaginários que habitavam a profundezas das águas. Como uma divindade, figura a força seminal da água nesse conjunto de cosmogonias mágicas. A ideia do éden, do paraíso ligado à água como fonte de vida. A medida que o homem vai desenvolvendo processos tecnológicos, esses lhe permitem certo domínio sobre a água, que ganha novas configurações, como, por exemplo, um recurso geopolítico, delimitador de fronteiras entre os povos e as nações. A natureza, nesse sentido, passa a ter característica passiva ao olhar humano e muitos dos mitos de outrora são reconfigurados e o universo de transcendentalidade se ressignifica.

Aqui no rio eles fala que existe o minhocão. Esse minhocão eu nunca vi. Mas tem pessoa que fala: eu vi. Tem, e pra eles tá acabando com os pé de eucalipto ali na frente, onde era a Florestal, hoje é o Porto, diz que é o minhocão que comeu toda a raiz (...) <sup>133</sup>

O homem civiliza seus medos e os monstros que habitavam as profundezas das águas ganham aparência menos maléfica, em seu imaginário mítico. A informação abaixo nos permite fazer uma análise da pseudo descrença de muitos sobre esse universo mítico que ganha a roupagem da realidade exposta cotidianamente.

Aqui tinha muito, muito já aqui na frente da cidade. E as vezes saia um jau assim aqueles pretão grandão. As vezes na beira das chalanas, e assustava os pescadores. Tanto é que uma vez caiu uma enorme extensão da barranca, fez um barulhão, e a turma falaram que era minhocão <sup>134</sup>. Que a água vai solapando a barranca, vai solapando de repente ela cai, falaram que era minhocão. <sup>135</sup>

A abrangência simbólica da água é dúbia, de significados múltiplos, mesmo adversos e inconstantes. Está associada às possibilidades de vida e sua transitoriedade. Encontramos ideia similar em Silva, quando pontua que

Assim como os grandes rios, que parecem destinados a revestirem-se de mistérios, o Paraguai, ao ser nutrido pelo sentido poético, gerou uma infinidade de lendas e de fantasias capaz de anular as experiências negativas e de manter o caráter maravilhoso de suas águas. <sup>136</sup>

Faz-se relevante, nesse ponto, as observações de Cunha, ao nos lembrar que, “na psicanálise a água é também espelho, envolve o complexo narcisístico.” <sup>137</sup> A autora busca amparo para tal colocação em Bachelard, quando esse descreve a utilidade psicológica da água em sua obra, *A água e os sonhos*. A água, associada ao feminino, é fertilidade, docilidade, é também fragilidade. Sua associação com o masculino é fecundidade, virilidade,

<sup>133</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>134</sup> Consultar: FERNANDES, F. A. G. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.; SILVA LEITE, M. C. *Águas Encantadas de Chacororé: Natureza, Cultura, paisagens e mitos do Pantanal*. 1ª edição. Cuiabá: Cathedral Unicen Publicações, 2003. 156p (Coleção Tibaré de estudos mato-grossenses: v.4)

<sup>135</sup> Hipólito Soares da Silva. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>136</sup> SILVA, M<sup>a</sup> do C. G., *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro; uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*, 1999, p. 299.

<sup>137</sup> CUNHA, L. de O., *Significados múltiplos das águas*, 2000, p. 17.

força. Encanto e fúria que se entrecruzam e fazem a mediação entre o limite do céu e da terra, o sagrado e o profano. Para os murtinhenses, deixar Porto Murtinho e construir uma nova cidade significava deixar para trás sua identidade.

O rio é a identidade o murtinhense. Longe do rio não tinha razão de ficar. Muitos foram embora daqui por que passaram por uma crise de identidade. Se não for pra ficar na beira do rio, mudar de cidade, então melhor procurar outra cidade. Por que mudar a cidade era construir uma nova cidade que não era mais Porto Murtinho.<sup>138</sup>

O impacto causado pela possibilidade de mudança afetou a identidade dos moradores. O medo do desconhecido, retoma ao seu ponto de partida.

Ah, todo mundo tinha, alguma, uma boa parte das pessoas tinha medo e voltava com água pela canela pra tomá conta da casa, antes que construísse lá a cidade e tirasse o povo daqui, era receio mesmo. Todo mundo morria de medo de sair daqui. Ninguém aceitava, ninguém concordava com isso, de jeito nenhum. E tinha razão, no meu entendimento, tinha razão. Por que a vida era aqui. Não teria razão de morar em Porto Murtinho se não fosse por causa do rio. Porque cidade como Porto Murtinho, e cidade por cidade esta cheio, o Brasil ta cheio delas ai, ta cheio delas. Agora igual Porto Murtinho com esse rio que tem aqui, não tem muitas por ai não.<sup>139</sup>

Uma ruptura marcante que afetaria, de algum modo, a sua adaptação e implicaria na construção de uma nova identidade local.

Quando saiu a idéia, o murtinhense resistiu. Foi valente e viu que tinha que defender sua identidade. O rio que representava essa sua identidade. Foi ai que o povo viu que podia reconstruir mais uma vez a cidade.<sup>140</sup>

Ideia semelhante encontramos na narrativa do professor Firmo, que avalia a mudança, pelo seguinte prisma:

A mudança estava vinculada a tradição. A população está ligada ao rio. Seria difícil mudar também pela falta de água. Dificuldade de conseguir água. Teria que levar do rio Paraguai para lá, uma região árida, apenas campo, sem lagos, teria que ser a direita da rodovia.<sup>141</sup>

O rio, enquanto possibilidade de acesso estabelece vínculos culturais que identificam os moradores, demarcando sua identidade, enquanto habitantes, tanto brasileiros quanto paraguaios, da região pantaneira. Aqui a fronteira não se reduz casualmente a fronteiras geográficas, mas construções humanas que delineiam todo um universo cultural que abrange visões de mundo e da historicidade do homem, enquanto elemento constituinte do espaço geográfico.

Pra mim, talvez seja Nova York, Porto Murtinho (...). Eu tenho meu sobrinho que mora em Toronto ele sempre me manda as imagens do local. Ai eu falo

---

<sup>138</sup> Braz Antonio Leon. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>139</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>140</sup> Braz Antonio Leon. Entrevista em dezembro/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>141</sup> Firmo Luiz Fonseca. Anotações caderno de campo. Dezembro/2008.

assim: Porto Murtinho também tem! Temos a natureza que vocês não tem aí, eu falo pra ele. Sabe, aí é muito gelo. Aqui é muita água boa que nos temos essa água de Porto Murtinho. Do rio Paraguai é a água mais bonita (...), tudo a gente encontra aqui e a gente tem como explorar isso, no rio Paraguai.<sup>142</sup>

As relações que se desenvolvem ou desaparecem entre os moradores da região pantaneira, não se limitam, ou são influenciadas, tão somente, por limitações geográficas e políticas. Encontramos ideia similar em Pesavento, por ocasião da análise de região e nação. De acordo com a autora:

[...] este mesmo planeta globalizado que dilui fronteiras [...] as comunidades simbólicas de sentido reatualizam-se, pois, a demonstrar que as elaborações identitárias estão mais vivas do que nunca.<sup>143</sup>

Estruturas sociais são tecidas e os espaços limítrofes se configuram enquanto acessibilidade que permite um encontro com um conjunto de ideias e valores culturais distintos, constantemente revisitados e ressignificados. Na análise da historiadora, a construção da identidade, nesse local, de modo menos dogmático, está atrelada à constituição do espaço. A justificativa de amparo consiste em analisar que “a referencia identitária cria a paisagem, organizando e qualificando a natureza segundo este olhar que preside a rede de significados de reconhecimento.”<sup>144</sup>

A identidade se torna visível no estreitamento das teias de relações entre os moradores e em suas práticas cotidianas.

Entre o dique e a mudança de cidade, a população preferiu o dique. Porque, porque lá não tem rio, lá na serra onde eles iam fazer a cidade não tem rio Paraguai. E a vida da cidade gira em torno do rio e não tinha muita razão de ser, viu. Acho que não tinha mesmo.<sup>145</sup>

Porto Murtinho é uma cidade que surge a partir do porto de escoamento da erva-mate e encontra no rio Paraguai, entranhado nos Pantanais, sua identidade. Ela insiste em fixar suas bases nas margens frágeis lapidadas pelas águas que sustentam as chalanas que levam e trazem, não apenas pessoas, mas sentimentos e emoções que norteiam o cotidiano. (foto 11)

Como o Reno de Febvre, teria o Paraguai um caráter único, singular, um estranho e “poderoso prestígio.”<sup>146</sup> Para o autor, destarte

Desse caráter sagrado que todos os primitivos concordavam em conferir às águas correntes? Sem dúvida. E sabemos que, por suas águas, ao mergulhar nelas, rasgando com o próprio corpo o seu seio pleno de germes, cheio de todas as formas e todas as criações, o homem de todos os

<sup>142</sup> Norma Meza Pereira. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>143</sup> PESAVENTO, S. J., *Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)*, 2003, p. 210.

<sup>144</sup> Idem, p. 211

<sup>145</sup> Conceição Aparecida Montanheri. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

<sup>146</sup> FEBVRE, L., *O Reno: história, mitos e realidades*, 2000, p. 255.

tempos, sob todas as latitudes, sempre teve a sensação de regenerar-se, de retomar o contato com a substância primordial, de despir velhas aparências; em uma palavra, de conhecer um novo nascimento que o resgataria em sua força, sua potência, sua fecundidade originais. Simbolismo do batismo, caro a todos os povos.<sup>147</sup>

A água, em conformidade com Cunha, “além de objeto de contemplação” é também “lugar de passagem ou travessia, é ponto de navegação, de deslocamento”. Na análise da autora, o contato do corpo com a água, no ato de banhar-se, adquire conotações com “significação sagrada ou profana” oferece a possibilidade de “ultrapassagem da emoção do olhar – da melancolia ou da alegria dos olhos.” Assim, quando em contato com a água “mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma, ou quando simplesmente a estes fornece-se o gozo em ato lúdico.”<sup>148</sup>

Portanto, as palavras do Seu Hipólito são quase um eco daqueles que têm a cidade como única, em todas as suas características. Quando questionado sobre o porquê de não ter vingado a ideia da mudança da cidade, ele acrescenta

Por causa da dificuldade de cada um teria né; e por causa também do amor à barranca do rio. Que antes de ter esse dique ai, qualquer hora do dia a gente descia ai pescar, pegava peixe [...] A noite, as vezes, você não tinha o que fazer, você fazia as massinha e ia na barranca, até as onze hora pescava. Muitas vez você pegava peixe, as vez não pegava, mas passava a noite, né. A gente ia tomá banho, nos fins de semana nesse rio.<sup>149</sup>

Seria pertinente o questionamento de que a recusa da mudança está atrelada a uma teia de sentimentos que anula a ideia do rio enquanto limite entre dois povos, originando a ideia de interação constante do homem com o meio ambiente em foco? Do reconhecimento de que o rio Paraguai, enquanto possibilidade de recomeço, é porto de acesso de uma economia que despontou por entre os ervais nativos, pelos quebrachais e nos vastos campos dos pantanais, que exigiu um considerável contingente de homens que ousavam ultrapassar os limites geográficos. O rio como argamassa para uma miscelânea cultural criando bases para uma cultura dinâmica. Como possibilidade de se desfrutar da liberdade longe da opressão política de ditaduras instituídas tanto no Brasil (1964) quanto no Paraguai (1954).

O rio que, quando espreado, banha concomitantemente, com suas águas, terras brasileiras e paraguaias apagando limites geográficos e estabelecendo assim um único limite: o do olhar. Olhar de homens que tem nessas águas a possibilidade de unir o céu e a terra no longínquo horizonte. Extinguindo, mesmo que momentaneamente, as rugas do passado.

---

<sup>147</sup> Idem, p. 255.

<sup>148</sup> CUNHA, L. de O., *Significados múltiplos das águas*, 2000, p. 18.

<sup>149</sup> Hipólito Soares da Silva. Entrevista em agosto/2008. Porto Murtinho, MS

Profícuos e acalorados debates no cair da tarde, entre os moradores, quando nas rodas de tereré; o assunto em questão é o dique de contenção das águas. Elemento modificador da paisagem urbana traz as marcas das águas do rio Paraguai que, lentamente vai lapidando a terra que está assentada nas suas margens e com isso motiva muitas elucubrações que, por vezes, refletem o temor dos moradores no caso da ocorrência de uma nova enchente.

A construção de um espaço está associada a momentos históricos e as transformações decorrem das práticas e ações de toda uma sociedade e atende aos seus interesses políticos, sociais, econômicos e culturais. Para Durval Albuquerque:

Não há evento que não seja produto de dadas relações sociais, de tensões, conflitos e alianças em torno do exercício do poder, de dada forma de organização da sociedade, produto de praticas e atitudes humanas, individuais e coletivas.<sup>150</sup>

Tais práticas não devem ser condicionadas por apenas um dado aspecto da realidade. Portanto, o indivíduo, enquanto morador urbano, vivencia os espaços da cidade afastando a possibilidade, nesse caso, de apenas viver na cidade, sem adentrar e corroborar sua participação na organização de uma dada estrutura social. A cidade, nesse caso, passa a ser sinônimo de sociabilidade. A cidade real e a cidade imaginada estão imbricadas, tornando possível as continuidades e rupturas do viver urbano. Na análise de Pesavento, “sendo um universo paralelo de sinais, o imaginário como uma constelação de representações, tem a propriedade também de substituir ao mundo real, pois as pessoas fazem dele e nele a sua realidade.”<sup>151</sup>

Segundo Chartier<sup>152</sup>, as representações são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais. Isso posto, entender as representações é entender as relações, o que faz sentido, a construção de significados e o entendimento sobre eles, sendo a representação um sistema de significação. Se a representação está envolvida por uma relação entre o significado - entenda-se o conceito, a ideia - e pelo significante, o vínculo entre ambos consegue dar sentido às coisas, é o resultado de uma construção social. Mecanismos de poder levam a construção ou não de representações que vem carregadas de um poder simbólico que lhe conferem força como representações do mundo, de tal modo que parecem normais. Nesse contexto, a representação pode estar no olhar e constrói tanto a alteridade quanto a identidade.

Em seus estudos sobre o Reno, Febvre pontua que a história desse rio não evidencia nada, bem como não precisa de nada. Excetuando “a potência criadora da

---

<sup>150</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de., *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*, 2007, p. 27.

<sup>151</sup> PESAVENTO, S. J., *Nação e região; diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)*, 2003, p. 209.

<sup>152</sup> CHARTIER, R. *A história cultural. Entre práticas e representações*, 1990, p. 18.



imaginação.”<sup>153</sup> Enquanto historiadores, tentamos tecer astuciosamente, essa teia de relações, com palavras que sintetizem tais representações.

De fato, não há curva única, regular, contínua do passado que possamos, através do pensamento, sem excessiva temeridade, prolongar pelos espaços ainda vazios do porvir. A cada instante, a curva se divide e se rompe, bifurca, entorta, se volta para o sentido contrário.<sup>154</sup>

Antes da construção do dique, as margens do rio eram amplamente utilizadas pelos moradores para pescaria, banho, lazer para as crianças. Até a construção do dique, muitos eventos cívicos e públicos da cidade eram realizados na Avenida da Beira do rio, como muitos dizem. Concluída a construção, tudo mudou e o espaço foi lentamente invadido pelas águas.

No contato com alguns moradores foi possível observar que a construção do dique trouxe mudanças significativas na paisagem local e uma nova preocupação para os moradores da região. Segundo eles, agora para você ver a água subir precisa ir até a barranca do rio, em cima do dique. Mesmo sabendo que o dique traz a segurança, existe uma desconfiança muito grande quando se trata de uma nova enchente, comparável a de 1982.

A enchente, sendo um fenômeno recorrente nos pantanais, traz em seu bojo a certeza de um recomeço, especialmente após um longo período de estiagem. Traz os deslocamentos e uma nova reorganização social que estreita os laços dos moradores que têm seu cotidiano vinculado ao vai e vem das águas do rio Paraguai que, sorrateiramente, vai invadindo os espaços, integrando e modificando a paisagem local.

**Foto 11- Margens do Rio Paraguai em Porto Murtinho, MS**



Fonte: Arquivo Museu Jaime Aníbal Barrera

<sup>153</sup> FEBVRE, L., *O Reno: história, mitos e realidades*, 2000, p.251.

<sup>154</sup> Idem, p.251